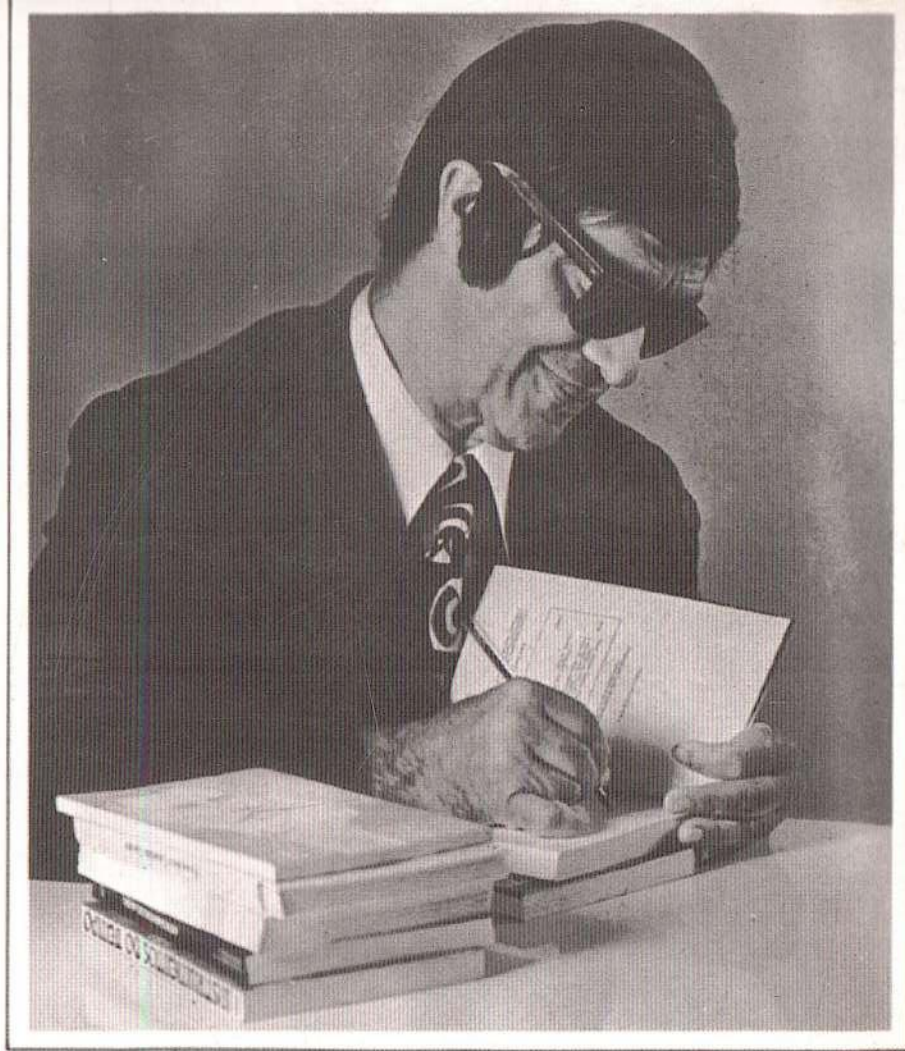




GEEM

ISEN 85-7046-087-2



9 788570 460875

Mensagens de

INÊS DE CASTRO

FRANCISCO CÂNDIDO XAVIER
CAIO RAMACCIOTTI

FRANCISCO CÂNDIDO XAVIER
CAIO RAMACCIOTTI

Mensagens de Inês de Castro

**Seria imaginário, não fossem
os dados históricos.**

**Seria um belo romance, não fossem
as adversidades.**

**Seria inacreditável, não fossem as
cartas recebidas por Chico Xavier.**

A

Francisco Cândido Xavier
e
Rolando Ramacciotti

A minha eterna gratidão

AGRADECIMENTOS

A

Casa de Chico Xavier e
Vinha de Luz - Serviço Editorial
Dra. Alfredina do Campo
(membro do Observatório Astronômico de Portugal)
Eduardo e Cristina
Geraldo Lemos Neto
Isabel Saraiva - Portugal
Israel Feldman
Laerte Agnelli
Orlando Carvalho - Portugal
Vânia Jorge Alves
e
familiares que muito me auxiliaram na
elaboração deste livro

FRANCISCO CÂNDIDO XAVIER
ESPÍRITO DE INÊS DE CASTRO
CAIO RAMACCIOTTI

MENSAGENS DE INÊS DE CASTRO
Uma visão histórica e espiritual

Edição GEEM - Grupo Espírita Emmanuel
São Bernardo do Campo - SP
2006

Copyright 2006 by
GEEM – Grupo Espírita Emmanuel
1ª edição – 2006

DIREITOS AUTORAIS CEDIDOS AO
GEEM – GRUPO ESPÍRITA EMMANUEL
CNPJ - nº 59.141.085/0001-70
Telefax – 11-4109-7122
Av. Humberto de Alencar Castelo Branco, 2895
Caixa Postal 222
São Bernardo do Campo- SP- Brasil
CEP- 09701-970

Capa e arte: Laerte Agnelli
Diagramação: Caio Ramacciotti
Fotolitos: ERJ Composição Editorial

Revisão: Adriana de Souza Ramacciotti e
Ana Cristina Fernandes Modé

e-mail: geem@geem.org.br
home page: www.geem.org.br

FICHA CATALOGRÁFICA

(Preparada pela editora)

Mensagens de Inês de Castro
- Uma visão histórica e espiritual.

Romance histórico:

Mensagens do Espírito de Inês de Castro

Francisco Cândido Xavier, 1910 -2002.

Caio Ramacciotti, 1942

1ª Edição – São Bernardo do Campo - SP

GEEM – Grupo Espírita Emmanuel – 2006

CDD 133.9

133.91

ÍNDICE PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO

1. Espiritismo 133.9
2. Psicografia: Espiritismo 133.91
3. Reencarnação: Espiritismo 133.9013
4. História Medieval Portuguesa 946.9

SUMÁRIO

Apresentação -	13
Considerações Iniciais	21
Prefácio de Luz	27
Esclarecimento	31
Carta de Inês de Castro	33
A dor	45
Ainda a Dor	48
A Triste Realidade	55
As Razões de Estado para a Morte de Inês de Castro	61
As Pazes de Canaveses	66
Um Pouco de História	81
A Vida na Idade Média	94
Casamento de Pedro e Constança — O Início	103
Pedro, Constança e Inês	109
Desdobramentos do Encontro na Sé de Lisboa	
Notícias de Isabel de Aragão	129
O Reinado de D. Pedro I	139
Inês de Castro no Reinado de D. Pedro	148
E Dom Afonso IV?	163
Dom Dinis	172
Isabel de Aragão	177
Chico Xavier e Isabel de Aragão	182
Novas Reencarnações	186
Preparando Reencarnações	191
Socorro Espiritual a D. Pedro e D. Afonso	197
O Penedo da Saudade - Reencontro	205
Alfabeto de Estrelas	215
Fotos Históricas	217

APRESENTAÇÃO

Pergunta 459 de Allan Kardec em *O Livro dos Espíritos*:

“Influem os espíritos em nossos pensamentos e nossos atos?”

Resposta: “Muito mais do que imaginais. Influem a tal ponto que, de ordinário, são eles que vos dirigem.”

A gestação deste livro exigiu um longo período de amadurecimento. Suas páginas de verdade estiveram resguardadas até que os protagonistas desta comovente história estivessem prontos para dela dar testemunho.

É um livro nascido na Espiritualidade e que somente hoje vem a lume pela única e vigorosa ação dos espíritos, que julgaram a oportunidade de sua publicação aos homens da Terra.

Mensagens de Inês de Castro materializou-se há quase 30 anos, em 1977, pela insuperável mediunidade psicográfica de Francisco Cândido Xavier, que soube receber-lhe a fecundação da vida pela ação reveladora do espírito liberto de Inês de Castro, a rainha morta de Portugal e Algarves do século XIV.

Durante o percurso de quase um ano, as psicografias surgiram enriquecidas pelos detalhes esclarecedores da revelação dos espíritos a Chico Xavier, encontrando como depositário fiel deste tesouro espiritual o nosso amigo e confrade Caio Ramacciotti.

Devotado servidor das lides espíritas-cristãs, Caio Ramacciotti é o atual dirigente do GEEM – Grupo Espírita Emmanuel, fundado por seu pai, Rolando Ramacciotti, na década de 70, hoje abrigando uma das mais importantes casas editoras dos livros mediúnicos de Chico Xavier, com 84 títulos já publicados.

O extraordinário material permaneceu sob a sua guarda até o início deste ano de 2006, quando a inauguração da Casa de Chico Xavier, em Pedro Leopoldo, mudou o seu destino.

Na ocasião, recebemos para composição do acervo da Casa a generosa remessa de exemplares de todos os livros de Chico Xavier, editados pelo GEEM, retribuindo a gentil oferta de Caio Ramacciotti com o envio do *Sementeira de Luz*, o mais novo livro da psicografia de Chico Xavier, com mensagens inéditas de Néio Lúcio, organizado por Wanda Joviano, lançado na mesma ocasião pelo Vinha de Luz,

departamento editorial da Fecfas – Fraternidade Espírita Cristã Francisco de Assis, sediada em Belo Horizonte.

Segundo o relato do próprio Caio, assim que teve o *Sementeira de Luz* em suas mãos, uma atração irresistível compeliu-o a devorar seu conteúdo, sentindo-se inexplicavelmente forçado a rever as páginas mediúnicas de Inês de Castro.

A partir de então, uma ponte se estabeleceu entre São Paulo e Belo Horizonte, São Bernardo do Campo e Pedro Leopoldo, sem que pudéssemos explicar a ligação existente entre as duas histórias.

A chave para o enigma viria com o socorro da Espiritualidade, que, desta vez, utilizou-se de Wanda Joviano, a organizadora do *Sementeira de Luz*. Revendo os seus arquivos de família, ela encontrou o original de uma mensagem de Emmanuel, datada de 19 de setembro de 1945, em que o benfeitor espiritual revela a identidade do personagem Lésio Munácio, de seu romance histórico *50 Anos Depois*, como sendo o próprio pioneiro do Espiritismo brasileiro: o Batuira.

O véu da verdade foi, enfim, levantado, pavimentando a ponte de ligação entre os grupos espirituais unidos por laços imorreduros de afinidades longínquas.

Lésio Munácio é o cristão do século II em cuja residência Rúfio Propécio (Clóvis Tavares) leva Helvídio Lucius (Rômulo Joviano) para ouvir, pela primeira vez, a mensagem do Evangelho de Jesus.

No século XIV, em Portugal, Lésio Munácio é a personalidade de Dom Dinis, esposo da rainha santa Isabel de Aragão (Veneranda – personagem de *Nosso Lar*, de André Luiz), pai de Dom Afonso IV e avô de Dom Pedro I, este último protagonista de uma intensa saga de amor com Inês de Castro.

No século XVI, Lésio Munácio/Dom Dinis é a personalidade de João Ramalho, destemido português que fundou o que hoje são as cidades de São Bernardo do Campo e Santo André, vizinhas de São Paulo, por sua vez fundada por Padre Manuel da Nóbrega / Emmanuel.

Na seqüência das vidas sucessivas, Lésio Munácio / Dom Dinis / João Ramalho retorna, por fim, no século XIX, como o

português Antônio Gonçalves da Silva, cognominado Batuira, em São Paulo, onde converteu-se em valoroso pioneiro espírita-cristão do Brasil.

Batuira é o mentor espiritual do GEEM e do Nosso Lar, por ele patrocinados. Através da psicografia de Chico Xavier, enviou, mês a mês, durante décadas, cartas de esclarecimento e instrução a Rolando Ramacciotti, mais tarde convertidas no primeiro livro editado pelo GEEM: o *Mais Luz*.

Esclarecido o fio das profundas ligações espirituais unindo as histórias, Caio Ramacciotti concebe, então, o feliz projeto de tornar públicas as revelações de Inês de Castro. Nada mais próprio e oportuno para o conturbado momento atual em que vivemos.

Diz a sabedoria popular que tudo tem o seu tempo e, não nos resta dúvida, este livro surge no instante preciso da verdade, segundo a vontade dos espíritos superiores.

O curioso é que, no frontispício das mensagens do espírito de Inês de Castro, psicografadas por Chico Xavier, o próprio Chico escrevera, em 1977, com letras garrafas: **Livro – Mensagens de Inês de Castro.**

Sobre o conteúdo desta história, absteino-me de qualquer comentário, já que ela se descortina nos candentes escritos de Inês de Castro e nas complementações históricas necessárias compiladas pela eficiente visão de Caio Ramacciotti. Permito-me, contudo, esclarecer que se trata de uma saga de amor que venceu os séculos, cuja origem desconhecemos, mas, pela revelação inequívoca de Chico Xavier, poderemos acompanhá-la já desde os tempos da Babilônia — no século IX a.C — desdobrando-se na época do Cristo, no conhecido romance de Emmanuel *Há 2000 anos*, na ligação dos personagens Plínio Severus e Flávia Lentúlia, filha de Públio Lentulus.

A história atinge o ápice dramático no século XIV, aqui relatado pela união entre Dom Pedro I de Portugal e Algarves e Inês de Castro.

Prossegue o seu drama existencial na Espanha do século XVI, com o amor entre Dom Felipe I, da Casa dos Habsburgos, com a rainha Dona Joana, filha dos reis católicos, injustamente cognominada de “a Louca”.

Reedita-se a saga na França do século XIX, na presença de Allan Kardec, que vê um jovem oficial do exército francês casar-se com

Caroline Baudin, uma das irmãs Baudin, de cuja excelente mediunidade se utilizou o Codificador para obter os ditados mediúnicos constantes de *O Livro dos Espíritos* e de *O Evangelho segundo o Espiritismo*.

Sempre guiada de Mais Alto pelo espírito de Isabel de Aragão / Veneranda, redimiui-se o espírito de Flávia Lentúlia / Inês de Castro / Joana, “a Louca” / Caroline Baudin.

No século XX, ambas domiciliadas na espiritualidade maior, traçaram planos redentores para o seu grupo familiar, novamente reen-carnado no Brasil, para o desempenho de sagrados deveres com o Evangelho de Jesus e a difusão da Doutrina dos Espíritos.

Ei-los!

Geraldo Lemos Neto

Belo Horizonte, no aniversário das “Pazes de Canaveses”, em 5 de agosto de 2006.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Há quase três décadas, no decorrer do ano de 1977, Francisco Cândido Xavier entregou-me textos de inspiração espiritual por ele manuscritos, assinados por Inês de Castro.

O primeiro deles, recebi do querido amigo em março daquele ano, e o reproduzo, no capítulo 'Carta de Inês de Castro', página 33, por sintetizar com palavras candentes a trama do livro. Lembro-me, muito emocionado, que o Chico, ao passar-me às mãos a belíssima mensagem, de quase trinta laudas manuscritas, disse-me:

— Caio, esta mensagem lhe pertence, como lhe pertencerão as futuras que Inês eventualmente escrever. Faça delas o uso que sua intuição no devido tempo sugerir.

Muito interessante é o fato de constar em destaque, sempre no início de cada capítulo do texto recebido pelo Chico, o seguinte título: **Livro Mensagens de Inês de Castro.**

Ao mesmo tempo em que eu lia surpreso e atento as mensagens, o Chico, em nossos contatos então freqüentes, falava com muito carinho sobre o tema central dos escritos, que mergulha na Idade Média de Portugal, especialmente no período da dinastia dos reis afonsinos.

A distribuição do texto, a rara beleza de seu conteúdo e o cuidado do nosso saudoso amigo em transmitir com a própria letra as informações espirituais comoveram-me muito.

Passaram-se trinta anos.

Mais velho, com o espírito asserenado, amadurecido, voltei a pensar naquele acervo que o Chico me entregara — embora nunca o tivesse esquecido — sempre com a seguinte indagação: por que no início de cada capítulo dos textos originais de Inês de Castro estava sempre presente a citação: **Livro Mensagens de Inês de Castro?**

Parecia claro que o conjunto de mensagens não me fora destinado por acaso. Algo me dizia que deveria transformá-lo em um livro que contasse a história de Inês, enriquecida com as informações do Plano Espiritual.

Ainda reticente, esperava por algum

fato novo que me motivasse a fazê-lo, o que aconteceu em abril de 2006, quando recebi o livro *Sementeira de Luz* por gentil cortesia de Geraldo Lemos Neto.

Um volume robusto de quase 700 páginas por ele editorado e coordenado por Wanda Joviano, filha de Rômulo Joviano, composto de mensagens de Néio Lúcio, psicografadas por Francisco Cândido Xavier, e de notas explicativas muito interessantes assinadas por Geraldo e Wanda.

Os amigos de Chico Xavier e os estudiosos de sua obra conhecem Rômulo Joviano, o Diretor da Fazenda Modelo de Criação do Ministério da Agricultura em Pedro Leopoldo, com quem Chico trabalhou por muitos anos.

Literalmente devorei o livro e, em continuidade, reli os romances de Emmanuel *Cinquenta Anos Depois* e *Renúncia*, que se encadeiam perfeitamente com o *Sementeira de Luz*.

E resolvi mergulhar fundo na história, redigindo o livro que lhe apresento, caro leitor. O relato dos fatos históricos é fiel e remonta ao século XIV, na Península Ibérica e, de modo

especial, em Portugal.

Mescliei trechos do texto de origem espiritual, buscando assim enriquecer o trabalho com depoimentos do elevado espírito de Inês de Castro, que participou dessas vivências, tão conhecidas da gente portuguesa.

Além das cartas psicografadas, Chico Xavier enviou-me numerosas fotos de Coimbra, com amável dedicatória, das quais pude aproveitar poucas na sequência do livro, devido à erosão do tempo. Coloco-as, pelas ligações com a história e em homenagem ao amigo do coração.

Tive, durante a elaboração do livro, a intensa colaboração de Geraldo Lemos Neto, que, por algumas vezes, se deslocou de Belo Horizonte até São Paulo para estudarmos o trabalho em andamento. Geraldo revisou o texto e opinou muitas vezes, mostrando-me caminhos essenciais à conclusão deste livro sobre Inês de Castro. Muito lhe agradeço.

A Francisco Cândido Xavier, alma genial e pura que tive a alegria de conhecer, o meu profundo reconhecimento pela confiança depositada, pela convivência repleta de ensinamentos e pela amizade que cultivo com carinho

e saudade.

Caio Ramacciotti

Nota – Os textos de Inês de Castro, transmitidos por Chico Xavier, aparecem em *itálico*.

PREFÁCIO DE LUZ

No prefácio de luz
Quero dizer-lhe ao coração
Todo feito no amor que nos conduz
À paz e à elevação,
Que você, rei amado,
Jamais está sozinho...
Que estamos nós em seu caminho
Para formar-lhe o séquito de
amor...

No prefácio de luz,
Quero dizer-lhe ao coração
Todo feito no amor que nos conduz
À paz e à elevação
Que você, rei amado,
Jamais está sozinho...
Que estamos nós em seu caminho
Para formar-lhe o séquito de amor...

Lutas, preocupações, ânsias, muralhas,
A sua mão poderosa há de vencê-las,
E o seu cetro de paz, acima das batalhas
Que tanta vez o mundo impõe à vida,
Refletirá na Terra o fulgor das estrelas...
Haja o que houver na estrada a percorrer,
Brilho, pesar, dor ou prazer,
Não permita que sombra ou desalento
Possam trazer-lhe mágoa ou sofrimento.

*Deus traçou seu caminho entre bênçãos e
rosas
Que se lhe fazem sempre mais formosas
À medida em que avança
O seu carro triunfal de bondade e esperança.
Na Terra, a sua marcha é a de um gênio
divino,
Sempre atento e fiel ao seu próprio destino...*

*Sigo-lhe, amado rei, a bela trajetória,
Agradecendo a Deus os louros da vitória,
Que lhe marcam a fé e os ideais...
É por isso que, hoje, aqui lhe peço:
Conserve o coração nas flamas da alegria,
Em seu reino de amor e de progresso.
Escute, amado soberano,
Toda a maravilhosa melodia
Que exalta o seu poder divino e humano...*

*O castelo do lar iluminado
De abençoadas alegrias,
Uma princesa generosa e boa
A proteger-lhe a vida
E três príncipes lindos que lhe guardam
A ternura e a nobreza.
E tantos companheiros de valor,
dos mais altos valores
Atualmente como outrora,
Que se esmeram, como sempre
souberam se esmerar,
A espelharem novamente agora
Os seus feitos de luz
Transformados em novos resplendores...*

*E quanto a mim, querido soberano,
Sou, como sempre fui, como sempre serei,
A singela oração
Ao seu lado escondida,
Pedindo a Deus lhe guarde e exalte a vida
E lhe guarde a ventura
Sagrada para mim, como sempre será...
Fique feliz, sempre feliz,
Porque fico feliz, só de vê-lo feliz...*

*Nesta singela carta, é tudo o que lhe diz
Todo o meu coração, sempre seu coração,
Porque constantemente sou como sempre serei
Essa prece incessante,
Que pede a Deus, instante a instante,
Pela felicidade do meu rei.*

Castro

ESCLARECIMENTO

O livro se inicia com a primeira mensagem do espírito de Inês de Castro, recebida pelo Chico no início de 1977. O querido amigo e benfeitor entregou-me, em março daquele ano, o longo texto que reproduzo a seguir.

Trata-se de impressionante depoimento, dos mais belos que conheci, inspirado no amor e escrito com as fibras vivas do coração.

Por respeito a pessoas encarnadas e seus familiares, o conteúdo das mensagens não foi colocado integralmente pelas revelações que contém.

Desdobra-se, nas páginas seguintes, a saga de amor através dos séculos, que descrevo mesclando, numa seqüência lógica e harmônica, o texto de minha autoria e os depoimentos de Inês transmitidos pelo Chico.

Carta de Inês de Castro
ao Rei D. Pedro I, de Portugal
e Algarves.

Nosso Senhor Jesus Cristo vos conceda a bênção da paz com todos aqueles que vos formam o reino de amor.

Crede, amado senhor e rei meu, que muito me custa falar-vos, através deste documento do coração, em que tento transmitir-vos o inexprimível com palavras criadas pelos homens para definir pensamentos e formas tradicionais. Entretanto, há de valer-se quem necessita comunicar-se dos instrumentos de que disponha no espaço e no tempo dos reinos humanos, e outro recurso não me resta senão este para dizer-vos, com reverência e humildade,

CARTA DE INÊS DE CASTRO AO REI D.
PEDRO I DE PORTUGAL E ALGARVES

Nosso Senhor Jesus Cristo vos conceda a bênção da paz com todos aqueles que vos formam o reino de amor.

Crede, amado senhor e rei meu, que muito me custa falar-vos, através deste documento do coração, em que tento transmitir-vos o inexprimível com palavras criadas pelos homens para definir pensamentos e formas tradicionais.

Entretanto, há de valer-se quem necessita comunicar-se dos instrumentos de que disponha no espaço e no tempo dos reinos humanos, e outro recurso não me resta senão este para dizer-vos, com reverência e humildade, quanto me vai nas profundezas da alma, de respeitoso amor por vós, num momento em que furiosas tempestades de idéias e sentimentos se desenfreiam nos horizontes de nossa vida — vida de espíritos imperecíveis

atualmente compromissados na causa do Cristianismo Redivivo.

Não vos escrevo, amado rei e senhor meu, sob o domínio das paixões e dos infortúnios em que se me perdia o espírito agoniado, depois da trágica manhã de 7 de janeiro de 1355, quando afrontosa sentença de morte me afastou violentamente de vossa dedicação e dos filhos que me destes.

O tempo, que não trabalha em vão, propiciou-nos outras estâncias de atividade, nos séculos que se contam entre as sombras medievais e a nossa era de luz.

E o tempo enxugou as nossas lágrimas e apagou as nódoas dos ressentimentos que, por muito tempo, remanesceram em nós ambos, ante aqueles que se ergueram no mundo, na condição de inimigos gratuitos de nossa felicidade.

Dirijo-me a vós, amado soberano, para reafirmar quanto vos amo e amarei sempre.

Sabereis compreender que não faço isso para torturar-vos com intentos impróprios à vossa dignidade, o que seria esquecimento evidente da veneração que vos devo.

Além do mais, escrevo à vossa benemerência, da Vida Espiritual, com a vossa aprovação e conselho, antes que o berço terrestre de novo vos prendesse às teias e dificuldades construtivas da existência humana, para realizar o trabalho que julgastes o melhor para vós, neste século de tremendos conflitos espirituais.

Reconhecereis, assim, amado soberano, que não vos escrevo para reacender as chamas contidas de amor que se não podem ser extintas pela perenidade das causas que as nutrem, devem ser guardadas no santuário da alma para serem libertas no tempo e no espaço que lhes serão próprios.

Graças a Deus, a Providência Divina vos instalou num lar generoso e santo e entregou-vos à guarda de nobre dama que vos merece o respeito e o carinho, com os filhos que tanto amamos.

Meu intento, com o favor de Jesus Cristo, e com a vossa real mercê, é o de declarar-vos que tenho cumprido o que vos prometi na Vida Maior para a qual voltareis.

Sei que, em outros encargos, estivemos nos séculos que medeiam as épocas de

que vos falo e estas outras nas quais vos escrevo, mas, por solicitação da Veneranda Isabel de Aragão (a Rainha Santa que foi na Terra a mãe venerável de vosso respeitado pai, Dom Afonso IV, Rei de Portugal e Algarves), com ele ajustastes o regresso ao Plano Físico para a elevada missão de realizar a imunização espiritual possível dos povos de linguagem lusitana, contra a violência e a crueldade, numa bandeira mesmo limitada de obreiros do bem, que se consagrasse à sementeira ou replantio das idéias e dos princípios do Senhor Jesus, o Rei de Todos os Reinados da Terra a quem servimos.

Se me for permitido, aspiro unicamente no que me toca aos compromissos assumidos convosco, a dizer-vos que trabalhei nestes cinqüenta anos de atividade constante de nosso querido amigo e benfeitor, Francisco Cândido Xavier¹, trazendo a vossa imagem no coração.

1- Foi justamente em 1977 — ano em que se comemorou o cinquentenário do recebimento de seu primeiro texto psicografado, a 8 de julho — que Francisco Cândido Xavier recebeu esta e as outras mensagens de Inês de Castro, conforme observo nas 'Considerações Iniciais'.

Vossa presença em mim com os nossos filhos, ainda pequeninos, D. João Álvaro, D. Dinis e D. Beatriz, me foram lembranças vivas e inapagáveis, desde os primeiros dias da vossa atual existência.

Procurei-vos, como quem busca tesouros ocultos somente conhecidos de quem os teve um dia nas mãos.

Éreis vós e nossas amadas crianças uma constelação de estrelas humanas de que me reconhecia agora irremediavelmente distante.

Seria fastidioso para nós recordar os pormenores do nosso reajuste à compreensão dos deveres que nos aguardavam.

Desejo tão-somente dizer-vos que, se somos chamados pela Providência Divina a trabalhar na governança externa de coletividades várias no mundo, tempos existem nos quais essa mesma Providência nos chama ao trabalho, em favor dessas mesmas comunidades, na governança e sustentação das idéias de renovação e progresso, a benefício da extensa família humana.

No império das idéias renovadoras, dentro do qual vosso amado pai, D. Afonso IV, com a proteção da Rainha Santa, se fez um

respeitado soberano pela força do trabalho e pela lealdade ao dever que ele personifica, responsabilizando-se por imensas áreas de serviço espiritual, e compartilhando convosco a colaboração com ele, embora me encontre espacialmente distante, quero dizer-vos que sempre estivestes em mim, qual permaneceis até hoje, sem qualquer mudança em meu coração.

Decerto, vossa generosidade me permitirá dizer que vareis lutas enormes nestes anos que medeiam o vosso nascimento na atual existência e os dias atuais em que vos reencontrei.

Se me permitis, amado rei e senhor meu, informo-vos que trabalho sempre pensando em vós, encontrando forças na esperança do reencontro.

E digo-vos que, consoante vossos conselhos, na Espiritualidade transitei nos caminhos do século atual que nos distanciou — tempo longo para a saudade e estreito para o trabalho — aprendendo a amar o próximo, como desejáveis.

Em cada irmão ou irmã de provas que me buscavam, encontrei o ensejo de sorrir ou auxiliar, segundo as minhas forças — sabendo

que, assim agindo, eu vos agradaria se o soubésseis — e em cada criança desamparada que pude abraçar, algum traço encontrei dos filhos amados que tive de deixar.

Lembrando a rainha Santa que nos tomou sob maternal proteção, procurei fazer dos pães e das rosas, que ela tanto amou e tanto ama ainda, o sinal de que eu vos pertencia, já que ela, por amor, se nos fez tutora generosa e maternal.

Quando vos reencontrei, ao lado de vosso nobre pai, regozijei-me no Senhor Jesus, porque estáveis amparado contra as intempéries de ordem espiritual deste século de renovação.

Agradei a Deus o haver-vos colocado num lar seguro e enobrecido por valerosa companheira, que vos asserenou as ânsias naturais do coração. Vossa paz era e é a nossa paz.

Rejubilei-me com a vossa segurança e alegria no campo doméstico e prometi a mim mesma em nada afligir-vos com lembranças sem razão de ser, porque o passado pode ou deve ser visto, mas sem alterar o presente, para que o porvir seja mais belo.

Bastava-me ver-vos feliz para ser feliz. Entretanto, agora, amado rei e senhor meu, tantas lutas assomaram no império de trabalho confiado ao vosso nobre pai, que não hesito em pedir-vos constância no amor e na cooperação para com ele.

Grande parte da corte itinerante de D. Afonso IV, o filho de El-Rei D. Dinis e da Rainha Isabel, está junto de nós outros em reencarnações de trabalho e de elevação.

Homens quais Dom Diogo Lopes Pacheco, D. Pero Coelho, D. Álvaro Gonçalves, D. Álvaro Pereira, D. Pedro Fernandes de Castro e muitos outros de Portugal e Castela se encontram recorporificados na pequena mas corajosa legião de obreiros em que servimos.

As lutas acentuam-se, amado rei e senhor meu, mas agora não são as pelejas medievais que tendes a vencer, e sim as discórdias e as nuvens que se interpõem incessantemente entre a luz e a treva, o bem e o mal.

Vosso nobre pai, o mesmo Dom Afonso IV do século XIV, conquanto de consciência enobrecida e limpa, sofre o impacto de tremendas batalhas íntimas e, mais do que nunca,

tem necessidade de vosso discernimento e do vosso amor.

Perdoai, amado rei e senhor meu, como me ensinastes a esquecer os que se fizeram nossos perseguidores e, embora nunca me anime a rogar vos acovardeis diante do mal, auxiliai Dom Afonso a vencer no comando do império de idéias salvadoras e novas que ele abraçou, em auxílio aos filhos da antiga Lusitânia.

Não posso pedir humildade a vós, de quem, há muitos anos, venho tentando aprender essa divina virtude, mas peço-vos permanecer no posto em que o Senhor Jesus, por vosso merecimento, vos colocou.

Não tenho o direito de coartar-vos o acesso aos postos do destaque humano, em que sempre soubestes brilhar com louvor e honra, mas, se puderdes, e quanto puderdes, ficai nas áreas do governo de Jesus Cristo em que, muitas vezes, comandar significa suportar longas dores em auxílio do próximo.

Lembro-me de que ouvi de vossos lábios que o Rei dos Soberanos da Terra, estando no mundo, para governar os corações humanos, aceitou o trono da cruz e a auréola de

espinhos.

Sei que fareis quanto puderdes para permanecer na batalha em que nos achamos, amparando o vosso progenitor na sustentação do império que ele fundou e defende com a bravura de um jovem na primavera da vida.

Sabeis que ele, instintivamente, desejou homenagear-me com uma cópia ou um belo fragmento da Quinta dos Canidelos, que me destes, porque amávamos profundamente a amenidade daqueles sítios — um brinde de paternal coração que eu recebi em pensamento, sem poder habitar esse doce refúgio.

Tamanha honraria vos é devida pelo amor que sempre me destes e pelas doutrinas de paz e fraternidade, luz e bênçãos que me transmitistes de vossa real sabedoria.

Estimaria poder cooperar ainda mais na obra imensa que vosso nobre pai iniciou, sob a inspiração daquela que, ao tempo a que nos referimos, lhe foi veneranda mãe na Terra.

Vosso lar é um sagrado refúgio, do qual nunca tive o mínimo propósito de afastar-vos, em favor de meu afeto, porque amando-vos, amo a tudo e a todos os que amais e honro-me de notar-vos sempre mais nobilitado pela

cultura em que vos colocastes.

Perdoai-me, amado rei e senhor meu, se esta carta vos comunica qualquer vibração de sofrimento que eu não desejaria sentissemos.

Vede apenas o respeito e o amor neste longo texto que vos escrevo, amor e respeito que estarão em mim como sempre.

E crede, amado rei e senhor meu, que, de qualquer modo, estou incessantemente convosco, rogando aos Céus por vossa felicidade e confiando em vossa real benemêrência em meu favor.

Deus, o Senhor da Vida, nos guarde e nos abençoe hoje e para sempre.

Carta



Coimbra - cenário importante de nossa história. O leitor, no capítulo final do livro, 'Fotos Históricas', encontrará outras fotos referentes à trama do livro.

(gentileza de Chico Xavier)

A DOR

Após a triste manhã de 7 de janeiro de 1355, o ambiente estava tenso, pesado...

Pairava sobre Portugal uma atmosfera carregada de nuvens ameaçadoras, antecipando décadas de incertezas.

De fato, o ano se iniciara pleno de prenúncios nada animadores para o príncipe herdeiro e Inês de Castro.

Naquela trágica manhã de meados do século XIV, a Idade Média seguia seu rumo, já distante da noite medieval que assinalou o período de 400 a 800 d.C, trazendo em seu bojo a conquista da definição de algumas nacionalidades ocidentais, como ocorreu com a antiga Lusitânia.

A dinastia dos Afonsos estava no seu apogeu.

Alcançada a estabilidade político-administrativa do reino, sobretudo após a

expulsão dos mouros definida pela Batalha do Salado, Portugal caminhava com a mansa tranqüilidade das águas do Mondego.

Suas fronteiras internas, já definidas, e as bandas ocidentais abrindo-se para o mundo desconhecido favoreciam a saga dos desbravadores marítimos, preparada com descortino por D. Dinis, com a sementeira dos pinhais da Leiria.

Inês já não vivia, brutalmente decapitada que fora por incompreensível e impiedosa decisão de Afonso IV, embasada nas sempre alegadas razões de Estado.

O corpo inerte, carinhosamente recomposto e vestido por piedosa freira do Convento de Santa Clara, aguardava a prevista chegada de D. Pedro, o I de Portugal, retornando da então tradicional caçada nos arredores de Coimbra, a que se lançara com seu cunhado e séquito.

O infante, mesmo advertido por Inês dias antes e, nos últimos tempos, por sua mãe, a rainha Beatriz, e amigos próximos, a respeito do risco que a companheira corria, fora tranqüilo à festiva caçada em Penacova e imaginava, pressuroso, voltar e rever Inês e os filhos.

Inês, contudo, repousava no Plano Espiritual, diretamente socorrida por Isabel de Aragão, a rainha Santa.

Aos motivos que embasaram o cerne da determinação amarga de D. Afonso IV nos referiremos mais tarde.

São o corolário das paixões humanas, do poder, das arcanas razões de Estado que desaguam em decisões inapagáveis na consciência de quem as perpetrou.

Vamos à descrição do triste acontecimento segundo o relato da história e as informações espirituais.

AINDA A DOR

O Natal de 1354 fora festivo no Paço de Santa Clara, em Coimbra.

Álvaro Pires de Castro, irmão de Inês, viera com os amigos, alguns deles, ao lar do Infante D. Pedro, onde a noite de entretenimentos familiares fora linda.

As castanhas, os doces regionais, os pastéis natalinos e os vinhos antigos enriqueciam as mesas. Falava-se da política de Portugal e de Castela com anedotários de intimidade.

O futuro rei de Portugal ouvia interessado as informações do irmão de sua companheira. E, por fim, ambos não hesitavam em concordar que Tereza Lourenço — jovem nascida na Galiza, e sobrinha de D. Aldonça Lourenço, que fora mãe de Inês de Castro com o fidalgo Pedro Fernandes de Castro, que não lhe era o marido — era menina de rara beleza

que nem D. Pedro e nem D. Álvaro, mesmo na condição de parentes, deixavam de admirar.

Tereza Lourenço viera a Coimbra muito de ligeiro e voltara aos familiares, deixando uma onda de indisfarçável simpatia. O assunto não passou despercebido a Inês de Castro, cuja mente se turvava com os problemas que se lhe multiplicavam na vida.

O Ano Novo chegara igualmente em clarões de alegria, mas, a quatro de janeiro de 1355, D. Pedro e D. Álvaro concordaram em que promoveriam as primeiras caçadas no dia seguinte.

O tempo convidava. As manhãs enso-laradas sucediam-se umas às outras. Preparavam-se matilhas de cães, prateavam-se os estribos para as montarias.

Cavaleiros auxiliares adestravam cavalos, e as aias iam e vinham, improvisando os pratos que serviriam por bases de merenda à real caravana.

À noite, D. Pedro recolheu-se à câmara do casal, mais cedo que de costume, pois via nos olhos da companheira uma tristeza vaga que não conseguira compreender.

Interpelando-a, Inês explicou-se:

— Pedro — disse medrosamente — não sei o que se passa. Tenho o coração mergulhado em amargos pressentimentos.

Os fidalgos, de modo geral, me odeiam a presença, conquanto mostrem a você mascarados sorrisos.

A sua ausência, mesmo por dias curtos, me apavora. Em Coimbra, temos espiões diversos de Pero Coelho, hoje guindado à posição de conselheiro de El-Rei D. Afonso, que me observam todos os passos.

Respeitarão o futuro rei de Portugal, que é você, mas não respeitarão a mim, não obstante saberem que sou mãe de seus filhos. Incapaz de obter o que desejava de mim, desde os tempos de D. Constança, não vacilará em vingar-se...

As tramas dos inimigos, as complicações de Estado, a aversão da realeza em meu desfavor, o futuro de nossos filhos, as incertezas que me apavoram, ah! Pedro, tudo isso...

E porque a companheira chorasse copiosamente, D. Pedro reanimou-a:

— Inês, estará você doente, porventura? Tantas lágrimas por dois a três dias de caça em companhia de seu próprio irmão?

Ninguém se atreverá a incomodá-la...
Pero Coelho não terá coragem de endereçar a você qualquer gracejo. Ele pagaria um preço caro demais por isso...

— Mas outros receios me invadem — murmurou a companheira — temo igualmente por você...

— Por mim?

— Pela primeira vez, depois de nossa união, vi seus olhos brilharem com carinho por outra mulher...

— Quem seria ela, se somente você está em meu pensamento, dia e noite? — perguntou o infante, surpreendido.

— Tereza Lourenço, a sobrinha de minha verdadeira mãe, que me impôs a condição de bastarda — informou Inês chorosa.

D. Pedro coçou a cabeça e explicou:

— Juro que isso teria sido alguma coincidência. Vi alguma cousa de seus traços nessa jovem galega, que nasceu sob o mesmo céu que amparou seu berço. Nada mais que isso.

E franzindo o cenho para demonstrar a sua austeridade de atitudes, D. Pedro acrescentou:

— Inês, eu sou um homem como tantos outros e, em quaisquer circunstâncias difíceis, não negaria a minha condição, mas embora não tendo nenhum propósito de separar-me de seu caminho, creia que, se um dia a morte se interpuser entre nós, nada nem ninguém poderá retirar você de minh alma.

E se, na condição de homem isolado, buscar o convívio com essa ou aquela mulher, isso seria o meu desespero em procurar inutilmente algum fragmento de sua própria imagem.

Em seguida, abraçou-a, carinhosamente, acentuando:

— Amo a você cada vez mais.

— Oxalá seja assim! — falou Inês entre lágrimas.

No dia imediato, na manhã de sol, D. Pedro e D. Álvaro Pires de Castro, com grande séqüito, seguiam para a caça.

Inês, junto dos filhos e em companhia de Ana, fixou os dois cavaleiros que chefiavam a excursão, até que desaparecessem ao longe, mas, em seguida, caminhou com dificuldade da varanda de pedra — em cujo balcão se debruçara — para dentro de casa, com a

tristeza da véspera transformada em nuvem a lhe pesar no coração.

Íntima intuição lhe prenunciava penosas ocorrências. Mal sabia que se achava na ante-véspera de sua própria morte.

Executada a machado, no cepo especialmente levado pelos executores da sentença, no pátio extenso do Paço de Santa Clara, pertencente à própria Quinta das Lágrimas, inutilmente rogou D. Inês para despedir-se dos filhos.

Fixada a cabeça no cepo improvisado, ante às últimas estrelas que ainda luziam no lusco-fusco da manhã, Inês foi violentamente degolada.

Por muitos dias, a perturbação alucinou-lhe a mente desencarnada, mas depois o ressentimento e a mágoa lhe tomaram o coração.

Por mais que fosse insistentemente chamada pelas vozes do Mais Alto ao perdão das ofensas, Inês de Castro uniu-se a D. Pedro nos dias de revolta e de vingança.

Quando a sedição do filho contra o poder paterno chegou às vizinhanças da cidade do Porto, é que a influência da Rainha Santa,

desencarnada anos antes, atingiu-lhe o coração.

Primeiro Isabel induziu a nora, a rainha D. Beatriz, a fazer a paz entre pai e filho, nas bases da abnegação e da humildade.

E somente quando viu Pedro render-se ao amor materno, em Marco de Canavezes, sob a proteção e inspiração da grande Isabel, é que Inês, consciente de sua própria desencarnação, caiu também vencida pela humildade de Isabel, concordando em retirar-se da presença de D. Pedro — para que ele seguisse em seus novos empreendimentos — acolhendo-se nos braços maternos da rainha santa, saindo da paisagem portuguesa, orando e soluçando.

Castro

A TRISTE REALIDADE

Retornemos aos fatos recentes.

D. Pedro tranqüilamente caçava nas bandas de Penacova, arredores de Coimbra, distante cerca de vinte quilômetros do Paço de Santa Clara.

Na tarde de sete de janeiro, o príncipe servia-se da caça com os convidados, quando se ouviu ruidoso tropel.

Um prestimoso cavaleiro recém-chegado, talvez a pedido de Ana, em desespero insistiu em falar-lhe, a despeito dos amigos buscarem afastar do infante o exausto desconhecido.

Suado, agitado, o homem tanto implorou que o levaram a D. Pedro.

— O que queres? — perguntou o príncipe, impaciente.

— Senhor, desculpai-me, mas tenho algo muito grave a falar-vos.

— Dizei então!

— A Senhora D. Inês foi presa por emissários do rei, que a arrancaram ao leito com muita violência. Parece que querem matá-la...

— Como? O que quereis dizer-me?

O bom homem saíra tão apressado de Coimbra que ainda ignorava o trágico desfecho.

— Talvez haja tempo de Vossa Alteza salvá-la...

E não conseguiu falar mais nada, pois o príncipe o deixara, em direção à montaria, dando ordens desencontradas aos seus imediatos.

Semblante contraído, arremessa-se sobre o cavalo qual bloco de pedra pressionando o lombo do pobre animal. Segura as rédeas com as mãos firmes e cavalga célere rumo de Coimbra.

Um turbilhão de lembranças conturba sua mente, e o olhar fixo persegue um ponto ainda distante em que busca alcançar a companheira querida e os filhos.

As recordações que mais o atormentam são as preocupações que Inês demonstrara na noite anterior — às quais não dera crédito — e as recentes admoestações maternas:

— Cuidado, meu filho, as coisas não vão bem, tua companheira corre risco...

— Por que não dei ouvidos às advertências de minha mãe? — verbera, escandindo as palavras, como se desejasse que todo o mundo ouvisse seu arrependimento.

Também as ponderações do amigo Álvaro Pereira, na última vez em que se encontraram, insistiam em acompanhá-lo naqueles momentos:

— Pedro, fica atento às decisões que a Corte pode tomar. O rei anda muito preocupado: tuas ligações com Inês o assustam...

Já consumada a decapitação de Inês, eis que vemos Pedro — ainda desconhecendo a extensão do ocorrido — retornar a Coimbra sem os troféus da desafortunada caçada.

Envolvido pela avalanche de idéias que não consegue sufocar e extenuado pela longa cavalgada, adentra o palácio real nas primeiras horas da noite.

Aguarda o infante o corpo já frio de Inês, ataviado pela irmã do Convento de Santa Clara — a mesma religiosa que se tornaria

amiga inseparável da desafortunada jovem nos séculos vindouros.

O desespero incontido o faz gritar por Inês, enquanto percorre as dependências do palácio, caminhando a passos vacilantes.

Ao adentrar sua alcova, encontra Ana, a fiel aia de Inês, com os cabelos grisalhos desbaratados e a alma cortada pela dor, e, junto dela, as crianças: Beatriz, a mais nova, no colo, e, agarrados à gentil senhora, João e Dinis — os três muito pequenos ainda para compreenderem o ocorrido.

Ana, que tudo fizera para dissuadir Pero Coelho de executar a cruel sentença, quedava-se com os olhos parados a contemplar o futuro rei.

Foi tão comovente o que se passou após Pedro constatar a dimensão da tragédia ocorrida que, a seguir, pela sua aguda sensibilidade, vamos reproduzir, *ipsis litteris*, o difícil diálogo entre Pedro e Ana, segundo Mário Domingues:

— É verdade? — interrogou ele, num grito de desespero.

Ana limitou-se a confirmar, com um movimento vagaroso e triste da cabeça encanecida.

Lançou-se, então, pelos corredores, cujas abóbadas ressoavam em medonhos ecos, a urrar como fera mal ferida:

— Vingança!... Vingança!...

E de chofre caiu no lajedo, a contorcer-se horivelmente, olhos alucinados, mãos crispadas, dentes cerrados e lábios brancos de espuma. A febre apossara-se dele. Durante muitos dias, perdera a noção das coisas deste Mundo. Quando despertou, só uma idéia lhe enchia a mente: vingar-se.

Nascia um outro D. Pedro, mergulhado na idéia de vingança, o que era tradição e constava das leis consuetudinárias da época com o nome de direito de revindita, herança dos visigodos.

A legislação aceita permitia a vingança em grau muito maior, como compensação da dor sofrida.

Era tão forte, sobretudo na Península Ibérica, essa figura de ódio constante do Direito Consuetudinário da Europa, que se falava a respeito: mais que direito, a vingança era um dever.

Entretanto, apesar de ser um homem da época, obrigatoriamente afeito às regras do comportamento medieval, algo mais profundo começava a agitar-se em seu espírito: a influência da rainha santa, que recolhera Inês no Plano Espiritual e assistia o neto nas trevas em que se encontrava, buscando asserenar-lhes o coração.

Mais adiante, descreveremos a insânia que tomou conta do reino de Portugal, até há pouco vivendo invejável estabilidade sob o comando firme e sereno de Afonso IV, que, porém, provocou, com seu ato violento, o desencadeamento de uma guerra civil com saques, mortes e sofrimento.

Somente a intervenção de Isabel de Aragão, do Plano Espiritual, pôde modificar o quadro.

Trabalhou diuturnamente para que, alguns meses depois, a 5 de agosto de 1355, fossem assinadas, na vizinhança do Porto, as Pazes de Canaveses, ato jurídico que reaproximou pai e filho, salvando Portugal de um conflito de imensas proporções.

AS RAZÕES DE ESTADO PARA A MORTE DE INÊS DE CASTRO

Quais as aparentes razões que levaram D. Afonso IV a intervir na vida afetiva do filho de modo tão violento, desconcertando, de início, até Diogo Lopes Pacheco, conselheiro real e um dos partidários da tese de que Inês deveria ser eliminada?

São efetivamente razões de Estado.

Já sabemos que Pedro não era casado com Inês de Castro. Unira-se a ela depois do falecimento de sua esposa, Constança Manoel.

Em outro capítulo, falaremos mais dessa nobre senhora que afrontou em vida os amores do marido, sem exprobar-lhe o comportamento.

No momento, é importante lembrar que, da união entre Pedro e Constança, nascera Fernando, futuro delfim do trono por ser o primogênito do príncipe herdeiro.

Pois bem, havia a preocupação com o fato de D. Pedro e Inês terem filhos e de o mais

velho, João, poder ser guindado à condição de herdeiro em detrimento de Fernando.

Imaginavam alguns conselheiros de Afonso IV ser até possível o assassinio do jovem herdeiro, hipótese que o tempo mostrou não ter sentido algum.

Assumindo o poder real a partir de 1367, Pedro jamais contestou a sua natural substituição por Fernando, que ademais era também seu filho.

Outro motivo de preocupação do rei seriam as ligações de Pedro com os irmãos de Inês, Fernando Ruiz de Castro, e D. Álvaro Pires de Castro. D. Afonso IV temia que, no futuro, os nobres tão amigos ocupassem algum posto de relevância, o que comprometeria a independência de Portugal.

Realmente os laços de amizade e solidariedade dos duros momentos que envolveram a morte de Inês e a conseqüente sedição levaram D. Pedro a guindar à posição de condestável do reino Álvaro Pires de Castro, que foi, anos mais tarde, protagonista dos conflitos sucessórios desencadeados depois da morte de D. Fernando I, lutando a favor de Portugal contra os interesses de Castela, ao lado de João, o Mestre

de Avis, filho bastardo de Pedro com Tereza Lourenço.

A respeito dos filhos de nome João, um, primogênito de sua união com Inês de Castro, e o outro, o bastardo que sucedeu a D. Fernando, há uma vivência espiritual de Pedro muito interessante.

Em conversa com os amigos mais próximos, dizia haver sonhado que um de seus filhos de nome João seria rei, mas não sabia qual deles.

O curioso do fato é que ambos os filhos de mesmo nome não eram, dentro da seqüência normal da transmissão do poder, detentores de direitos sucessórios segundo os cânones da época.

Contudo, o sonho se realizaria mais tarde, em decorrência do período turbulento que se seguiu à morte de Fernando e do qual ainda falaremos. Tivera D. Pedro, a esse respeito, clara premonição, inspirada por benfeitores da Vida Maior.

Voltando às razões alegadas para a morte de Inês, eram sim mais consistentes as preocupações com os liames entre Pedro e Castela, povo vizinho de língua castelhana, em

decorrência de sua união com uma mulher galega.

Temia D. Afonso IV que o príncipe herdeiro jogasse por terra a independência conquistada com tantas lutas desde os tempos de Pelágio e mantida com coerência pelos bravos herdeiros de Afonso Henrique, o fundador da dinastia afonsina no século XII.

No entanto, os princípios da realeza e as regras que definiam a substituição do rei eram claros, espaldados na longa experiência das dinastias merovíngia e carolíngia na França, consolidadas na hierarquia dos capetos.

Esses princípios e regras faziam parte da estrutura de poder que definiu nos povos de então, mormente na Europa Ocidental, as bases do seu nacionalismo e seus limites geográficos, o que dificultava qualquer contestação quanto à natural sucessão do trono.

Concluindo, Pedro não inspirava confiança ao pai, a despeito de sua longa e exaustiva preparação para substituí-lo quando o determinasse a Providência Divina.

Reservado, pouco comunicativo, era, contudo, preparado: dava-se na época particular atenção à formação dos príncipes, em

especial os herdeiros, já que deveriam estar aptos desde jovens para a sucessão real.

Seu reinado futuro surpreendeu e dissipou todas as dúvidas improcedentes que levaram Afonso IV a ordenar a decapitação da bela Inês.

Ao perpetrar a infeliz decisão, acendeu D. Afonso IV à exaustão a caldeira da revolta que enlutou por meses o povo português:

A nação estava extenuada pelos conflitos bélicos, então rotineiros, e pelo rigor da recente guerra aos mouros, particularmente marcada pela Batalha do Salado, em que o gênio guerreiro de Afonso IV socorreu Afonso Onzeno de Castela, derrotando os sarracenos e expulsando-os da Península.

AS PAZES DE CANAVESES

Bem, voltemos a Coimbra.

Inês já fora sepultada no Convento de Santa Clara, Ana, a prestimosa aia, cuidava das crianças, e a vida voltava à normalidade na bucólica cidade sacudida pela mais inusitada violência: a morte da jovem, arrancada covardemente aos primeiros albores da manhã do leito em que repousava e aos filhos que amava.

E os outros personagens diretamente envolvidos?

Estamos em março de 1355, dois meses após a morte de Inês.

D. Afonso não conseguia assimilar a tragédia que determinara *manu militari* contra a nora desprotegida.

Já velho, aos 65 anos, cabelos enevoados, não se sentia à vontade. Alquebrado, meditava...

O remorso, caçador de feras, na sábia definição de Guerra Junqueiro, tomava corpo em sua consciência.

Pedro, em sua pequena e informal corte improvisada em Coimbra, transido de ódio, aparentava-se, contudo, mais conformado, mais sereno.

Recebia os amigos mais próximos — os irmãos de Inês, Fernando Ruiz de Castro (o Senhor de Lemos) e Álvaro Pires de Castro, e o primo, João Afonso de Albuquerque, filho de D. Tereza de Albuquerque, tia que a criara no Castelo dos Albuquerque na Galiza, desde a morte de sua mãe, D. Aldonça.

Estabeleceu-se um vácuo de relacionamento entre o rei e o filho, ensejando as intrigas, os conchavos de bastidor, que muito contribuíram para a explosão da violência implacável, urdida nas sombras.

Como já dissemos, Pedro decidiu usar o direito da revindita, apoiando sua consciência no Direito Consuetudinário Europeu para vingar a morte da companheira.

Associaram-se-lhe os irmãos Castro e outros nobres portugueses ansiosos de poder, levando mesmo em consideração, em suas

meditações oportunistas, que o reinado de Afonso IV caminhava para o fim, devido à idade do soberano, que realmente veio a falecer pouco depois, no início de 1357, aos 66 anos.

Pior ainda, horda de malfeitores — contumazes aproveitadores do saque e da chacina, interessados em seu espólio — adensavam progressivamente as fileiras que se dirigiam de Coimbra até o Porto.

Nesse percurso, bandos de irresponsáveis, belicosos, muitos ainda ligados à tradição bárbara dos visigodos, incorporavam-se à triste caravana.

De modo particular, foram saqueadas e destruídas as terras, mais ao norte, dos três conselheiros de Afonso IV, coniventes com a execução de Inês.

Até o Porto, a população simples das regiões percorridas foi esmagada, submetida a padecimentos desnecessários, não por determinação do infante revoltado, e sim pela impossibilidade de controlar-se a turba que se aproveitara da decisão infeliz de Pedro.

E o lado espiritual trabalhava...

Jesus permitiu a Isabel de Aragão que diretamente interviesse, tranquilizando Inês, em

princípio solidária às idéias de vingança de Pedro. Paulatinamente, sempre mais ligada à rainha santa, a jovem procurou envolver o coração do companheiro, retirando-o, assim, da violenta revolta e atenuando-lhe o ódio.

Isabel agiu com tanta inspiração que Pedro chegava ao Porto em junho de 1355, já bastante modificado, passados quatro meses da peregrinação destruidora. Algo de diferente acontecia com ele.

Por vezes, nos raros momentos de repouso, quando descansava da faina a que se dedicava, vinha-lhe à mente a lembrança da avó, dos saudosos diálogos em sua juventude, quando Isabel o aconselhava muito sobre as responsabilidades de reinar.

Falava-lhe a rainha santa da necessidade de amalgamar à administração real o amor a Deus e sua consequência mais direta: o respeito à população que serviria quando D. Afonso deixasse a Terra.

Certa noite, já muito próximo do Porto, envolvido pelas barricadas levantadas precavidamente por Álvaro Pereira, o poderoso prior dos hospitalários — ordem religiosa com vocação militar — a presença de Isabel junto ao neto

se fez mais marcante.

Isolara-se dos amigos mais próximos e, naqueles momentos de solidão, um leve torpor o envolveu. A lembrança da avó tão querida o fez adormecer.

Sentiu-se transportado a um local diferente — talvez algum pouso celestial, de sutil beleza, onde a paisagem se revestia de colorido suave — e reviu a avó, que o abraçou demoradamente.

Despertou convencido de que Isabel lhe dissera, entre outras palavras de alento e esperança:

— Pedro, meu neto, reconcilia-te com o teu pai. Ele sofre tanto! Se pudesse devolver-te-ia Inês e a paz que perdeste...

Emocionado pela sensação da presença da avó a seu lado, Pedro lembrou-se dos momentos ainda tranquilos que vivera com Inês.

E, no Plano Espiritual, ao lado de Isabel, vendo D. Pedro mais equilibrado, Inês recordou-se, palavra por palavra, de longa conversa que tivera com o Infante naqueles saudosos instantes de muita expectativa, quando a paixão entre ambos começava a tornar-se realidade, malgrado sua posição de dama de

companhia de D. Constança.

Era um fim de tarde e o sol se acomodava no poente. Pedro e Inês retornaram a casa um pouco adiante dos outros participantes do pequeno séquito. Assim se recorda Inês daquele diálogo:

A marcha de volta a palácio se fez vagarosa. D. Pedro queria ouvir Inês, com respeito às idéias da avó rainha santa, para as quais não achava receptividade em outros entes queridos. E o poente parecia demorado ensinando mais longo entendimento.

— Inês, disse ele, você admite que minha avó Isabel ouvisse as vozes dos santos ou as vozes de outro mundo?

— Admito. O próprio Cristo não falou com os apóstolos depois de ressuscitado?

— Mas você, falou D. Pedro, quase timidamente — você mesma já ouviu alguma coisa da parte daqueles que já se foram?

— Não dos que já se foram, mas tenho tido ocorrências que me fazem pensar...

— Pode falar disso?

— Muitas vezes, sonhei que o vi, muito antes de conhecê-lo, senhor! Sonhei que o encontrava e que o senhor me reconhecia.

Às vezes, no sonho, eu fugia de sua presença, receando incomodá-lo, pois o via casado, embora, em despertando, não tivesse qualquer idéia de seu nome e do local de sua existência...

Inês fez longa pausa, como quem não desejava exteriorizar tudo o que sentia, mas pareceu tomada de súbita deliberação e acentuou:

— Posso falar o resto, senhor Infante?

— Claro, disse D. Pedro curioso.

— Num dos sonhos últimos, antes de vir até Portugal, acompanhando a futura rainha, sua esposa, sonhei que eu não resistira...que me fizera sua mulher, mesmo sabendo que não estávamos agindo de acordo com as leis e com a Igreja...no sonho, eu me vi com os nossos filhos.

E Inês ruborizou-se, enquanto o Infante sorria complacente.

— Mas depois...depois...o sonho se

transformou num pesadelo em que via homens me arrastando para o cepo... Ao ver-me de joelhos, ante o cutelo que se elevava para abater-se sobre mim, acordei num grito, em alta voz...

D. Pedro riu-se e falou, claro:

— No sonho a verdade está presente, mas no pesadelo a fantasia é indispensável. Se você, Inês, chegar a ter filhos, esses filhos serão meus, mas eu farei de você rainha, a meu lado, haja o que houver.

— Senhor Infante, Inês retrucou, sorrindo, não estaremos sonhando acordados?

— De modo nenhum. Minha avó D. Isabel plantou em meu coração, de tal modo, a idéia da justiça, que tudo penso raciocinando, antes de sentir quando falo. Minha idéia de lógica é uma espécie de medida em minha cabeça. Você não pertencerá a outro homem que não seja eu e, por isso, você será o que eu for.

— Senhor Infante, aduziu Inês, não sei o que se passa... Às vezes, temo o futuro...

— Nada tema, acrescentou o Infante, resolutivo. Se os santos conversavam com minha avó e lhe diziam que devia preparar-me para

executar a justiça, confesso a você, Inês, que ainda não me casei segundo a justiça.

Casaram-me as razões de Estado, não as razões do meu coração. Minha vida de homem é solitária a dissipar-se em questões que não me falam à vida íntima. Estou sempre na multidão, cada vez mais sozinho.

Meu relacionamento decorre de um dever, e o dever sem amor apenas agrava a solidão. Não acredita você que haja um casamento feito pelo coração?

Se o matrimônio envolve em si a doação de nosso próprio corpo, onde está a justiça se entregamos, por imposição de outros, a pessoas que não queremos aquilo que nós somos?

Se amo a você para fazê-la a esposa que eu quero, a futura rainha de Portugal será a Esposa do Estado, e você será a minha esposa mesmo, mãe de meus filhos que nascerão livres das cadeias que sempre me prenderam o coração.

E se nasci para ser justo, chegará o momento em que farei de você uma rainha autêntica, porque novas leis surgirão para que você, com justiça, me compartilhe a existência.

Escutando-lhe as palavras que ardiavam de sinceridade, Inês chorou, comovidamente, aparteando:

— Senhor Infante, a sua palavra está iluminada por ideais muito altos que os nossos compatriotas, seja de Galiza ou de Portugal, estão muito longe de compreender...

— Serei justo, acentuou D. Pedro.

— Mas quando o povo não compreende o que seja a justiça, os reis e príncipes justos passam a ser considerados ditadores ou tiranos...

Se o Senhor Infante quiser me transformar em sua Esposa, por força de lei que o povo não entenda, é bem possível que a segunda parte do meu sonho se faça verdade... O pesadelo deixará de ser pesadelo para converter-se em realidade...

D. Pedro sorriu e falou com graciosa ironia:

— Então, nesse caso, você morreria por minha causa...

— Por que não? Se devo morrer pela honra de seu nome, falou Inês, em tom profético, isso para mim não será morte, será sim-

plesmente uma forma de demonstrar-lhe o amor com que o amo...

— Isso nunca — atalhou o príncipe, isso nunca sucederá.

E como se estivesse enxergando muito longe, num futuro que ele mesmo não saberia precisar, anotou com expressão de superioridade e de dor:

— Se isso porventura acontecesse algum dia, eu a faria soberana de Portugal, mesmo depois de morta e, se alguém se atrevesse a lavrar qualquer sentença contra sua vida, levaria minha justiça até à vingança...

Inês teve apenas tempo para dizer-lhe:

— Pedro, amo a você cada vez mais...

Os excursionistas estavam chegando, de regresso ao paço.

Mas D. Pedro, sem explicar a si mesmo porque o sonho de Inês com a morte o impressionara, solicitou de D. Ana, a camarista, lhe preparasse um aposento particular para uma entrevista, a sós com Inês, daí a uma hora, e, decorrido esse tempo, avisada pela servidora amiga, Inês se dirigiu para o local indicado, algo intrigada.

O Infante compareceu transcorridos alguns minutos, trancou a porta, certificou-se de que ambos se encontravam desligados de todos e, tomando-a nos braços fortes, sussurrou-lhe aos ouvidos:

— Inês, você é minha esposa, minha esposa para sempre. Viva ou morta, feliz ou infeliz, bastarda ou fidalga legítima, doente ou sã, eu quero você para mim, para mim somente.

Você é minha alma... não me conte sonhos infelizes. Nunca, nunca mais. De qualquer forma, como você seja ou esteja, você é minha e será minha para sempre.

Inês não conseguiu resistir à doce pressão daqueles braços que a retinham para o amado, para ele somente, e, enquanto D. Pedro a beijava, reiteradamente, embora trêmula de emoção, Inês reconheceu que, daquele momento em diante, os dois, ele e ela, estavam ligados um ao outro para sempre.

Carlos

E, inspirada pelos diálogos dos tempos felizes, acima transcritos, Inês se propôs a

trabalhar, ao lado de Isabel, para apagar em Pedro as idéias de vingança.

Já em julho, cinco meses após a perda da companheira, D. Pedro, os nobres que o acompanhavam, vindos de Coimbra, com o exército mal organizado, porém numeroso, e os cunhados, Fernando e Álvaro Pires de Castro, descendo da Galícia, sitiaram o Porto.

Segundo se depreende das crônicas da época, se conquistassem a cidade, estariam em posição bélica vantajosa com relação ao exército do rei.

Certamente o futuro seria de difícil previsão, mas a destruição e as mortes abateriam profundamente a gente lusitana.

O guardião do Porto, como já se falou, era Álvaro Pereira, sempre acompanhado de seus frades soldados. Digno e querido por todos, dedicava a D. Pedro amizade antiga e fraternal.

Seu filho Nuno Álvares Pereira seria, para orgulho do reino, o herói da Batalha de Aljubarrota em 1385, consolidando o início da dinastia joanina.

Dizem os escritos que, para despertar no príncipe revoltado os sentimentos pátrios mais nobres, Álvaro Pereira colocou vários

Pavilhões Nacionais, retirados às embarcações costeiras, sobre desprotegidas barricadas, que mandara levantar em defesa da cidade do Porto, no intuito de sensibilizar o amor pátrio do amigo invasor.

As reiteradas intervenções espirituais da rainha santa e também a constante presença de Inês — agora distante dos impulsos de revolta que a envolveram meses antes — haviam transformado Pedro.

Aos 36 anos, já se mostrava amadurecido, cada dia mais distante dos propósitos desesperados de confrontar o pai.

A atuação de sua mãe, D. Beatriz, até então aparentemente apagada no que se refere ao episódio, buscando sensibilizar o filho; as ponderações de Álvaro Pereira e as insistentes lembranças dos tempos que passara com Inês na Quinta dos Canidelos, que inexplicavelmente não lhe saíam da memória, levaram D. Pedro a entrevistar-se com D. Afonso, também desejoso de paz.

Com surpresa para seus seguidores, que desejavam o conflito, foram lavradas as Pazes de Canaveses com todo o respaldo jurí-

dico da legislação da época e com a presença de testemunhas respeitáveis.

O documento assinado a 5 de agosto de 1355, com recíproca concessão de ambas as partes, virou um melancólico capítulo da história de Portugal.

Foram perdoados os agressores de Inês de Castro (será?), prevaleceu o respeito à autoridade real, e a Justiça do reino passou às mãos de D. Pedro. Aliás, não lhe falara Isabel sobre justiça, mesclando aos interesses da Nação os valores espirituais?

Ressalte-se que a aplicação da justiça em seu reinado de dez anos — ainda que com excessos e arbitrariedades — foi sua maior preocupação, ao lado da paz, o que levou o cronista Fernão Lopes a dizer, a respeito, que tempos como tais nunca houvera em Portugal.

UM POUCO DE HISTÓRIA

A profunda dor que se abateu sobre Inês de Castro e Pedro e seus previsíveis desdobramentos definiram nova realidade para Portugal.

Assinada a paz em Canaveses, formalizando-se a antecipação de poderes na importante área da justiça real, passou o infante a dividir as tarefas do reino com Afonso IV.

E vemos as dramáticas cores da tragédia esbaterem-se ao longo dos meses, e também desfalecer parcialmente em Pedro os ímpetos de revindita.

Voltaremos a falar sobre a saga que tanto comoveu a Pátria, sendo objeto mesmo de estudos, biografias, poemas de autores respeitáveis e da admiração do povo que incorporou Inês, ao lado da rainha santa, qual símbolo do profundo amor, apanágio da gente portuguesa.

Amor que é cantado em verso por Júlio Dantas, em sua belíssima peça, *A Ceia dos*

Cardeais, no depoimento do Cardeal Gonzaga, respondendo ao colega Rufo:

— Em que pensa, cardeal?

— Em como é diferente o amor em Portugal!
Nem a frase subtil, nem o duelo sangrento...
É o amor coração, é o amor sentimento.
Uma lágrima... Um beijo... Uns sinos a tocar...
Um parzinho que ajoelha e que se vai casar.
Tão simples tudo! Amor, que de rosas se
inflora:
Em sendo triste canta, em sendo alegre chora!
O amor simplicidade, o amor delicadeza...
Ai, como sabe amar a gente portuguesa!

Nesse comenos, recordemos um pouco de história, o que nos servirá de cornija para a ênfase deste estudo inspirado na triste sina do amor de Inês dos tempos finais da Idade Média.

Apresentaremos apenas um rápido esboço, pois não é nosso objetivo tratar da História de Portugal.

Para consulta mais detalhada, fazem parte da Bibliografia alguns livros muito esclarecedores sobre o período histórico de Portugal que emoldurou o triste episódio descrito com as

tintas vivas da realidade nas páginas iniciais desta obra.

Os textos mais antigos que falam da formação de Portugal datam do século VI de nossa era, entretanto, os fatos são bem anteriores.

Havia na região os indígenas autóctones desde cerca de cem mil anos antes.

Posteriormente, três mil anos antes de Cristo, já no fim do período neolítico, praticamente coincidindo com o início das civilizações históricas, chegavam os iberos, que provavelmente vieram do Norte da África e deram o nome à Península.

Mais adiante, sem nos esquecermos da influência cartaginesa e grega, aportavam à Península, em torno de 600 a.C, os celtas, povo asiático de grande estatura, pele clara e loiros, vindos através das Gálias.

Miscigenaram-se com os iberos, surgindo assim os celtiberos, que alcançaram o início da era cristã, já constituindo uma civilização mais desenvolvida na Península Ibérica, com universalização da comunicação, dado que os celtas falavam língua indo-européia.

Nascia a Lusitânia, palco posterior de invasões que desaguam no jugo romano, sob Augusto, pouco antes do nascimento de Jesus.

Com a queda de Roma, as invasões bárbaras ainda incipientes se acentuaram, e os visigodos passaram a dominar a Península até a chegada dos sarracenos em 709 de nossa era.

A dominação árabe, subjugando os visigodos, empurrando-os para o norte da Lusitânia, gerou o início da chamada Reconquista, que viria a ser praticamente alcançada a 30 de outubro de 1340, às margens do Rio Salado.

Já afastados de toda a Península devido a sucessivas derrotas e então acantonados apenas em Granada, os árabes foram praticamente expulsos para o norte da África.

A expulsão ocorreu, apesar da importante ajuda do rei do Marrocos ao soberano sarraceno de Granada, graças à heróica participação de Afonso IV de Portugal.

Ainda que derrotados na batalha do Salado, os árabes mantiveram o poder sobre o reino de Granada, que passou a ser governado por monarquias sarracenas militarmente fracas e mais flexíveis aos interesses de Castela.

A Reconquista se concluiu definitivamente mais tarde, em 1492, com a intervenção dos reis católicos, Fernando e Isabel, que destituíram o monarca árabe de Granada, incorporando-a aos reinos de Aragão e Castela.

Pouco adiante, no início do século XVI — com a conquista de Navarra — delineou-se o reino de Espanha, reunindo todos os reinos da Península Ibérica, à exceção de Portugal.

Voltando ao período da dominação sarracena vemos o tempo passar com acentuadas mudanças na região, desde a invasão de 709 até o início do século XII.

Surgia o Condado Portucalense em substituição à Lusitânia, com grandes preocupações assinalando a vida de seus habitantes:

- As lutas contra a jamais aceita dominação sarracena, confrontos, aliás, presentes em toda a Península Ibérica.
- Constantes recontros com o reino de Leão, mais ao norte, pela posse da Galiza, região que os separava. A Galiza representou para o povo português

e para os espanhóis o que significaram, séculos mais tarde, as lutas intermináveis entre franceses e alemães, pela posse da Alsácia-Lorena, território hoje pertencente à França, sendo sua capital Estrasburgo, sede do Parlamento Europeu.

- A convivência não pacífica dentro do próprio Condado era uma realidade, pois a região se reorganizava do ponto de vista político e administrativo, com as desavenças internas que levariam pouco mais tarde à implantação da dinastia dos afonsos, de que cuidaremos a seguir, precedida como vimos por um reinado precário que englobava ao norte a Galiza e ao sul o Condado Portucalense.

A um desses reinados de transição, já em fins do século XI, chegavam dois nobres franceses de linhagem respeitável, Henrique e Raimundo.

O Conde D. Henrique, neto do fundador do primeiro ramo borgonhês dos capetos — Roberto, o Duque de Borgonha, irmão do rei

capeto Henrique I da França — é o precursor da dinastia dos afonsos, como veremos adiante.

Casou-se em 1095 com Tereza, filha bastarda do rei, recebendo como dote o Condado Portucalense.

O Condado de Galiza também foi entregue por dote ao outro nobre, Raimundo, que recebeu por esposa Urraca, a filha legítima do rei.

Com o Conde D. Henrique, começava a desenhar-se o Portugal de nossos dias.

As lutas pela expulsão do invasor árabe e os desentendimentos com o vizinho reino de Leão, sempre pela posse da Galiza, continuam até a formação da nacionalidade portuguesa, sob a nascente dinastia dos Afonsos, iniciada, em 1139, por Afonso Henrique, filho do conde D. Henrique e de Tereza.

À época em que ocorreram os fatos que descrevemos — cerca de 1350 — temos a Península Ibérica assim constituída:

- ao sudoeste, Portugal, abrindo-se para o Atlântico;
- ao noroeste e centro, com avantajada extensão geográfica rumo do nordeste e sul da Península, o reino de

Castela (já englobando o reino de Leão e a Galiza, recuperada aos portugueses);

- ao norte: Navarra;

- ao norte e nordeste: Aragão, associado ao condado da Catalunha, banhado pelas águas do Mediterrâneo.

- e ao Sul, separado do norte da África pelo Mediterrâneo, próximo ao Estreito de Gibraltar, vigiado pelas colunas de Hércules, o reino de Granada, na região hoje ocupada pela Andaluzia.

Em resumo, a Península Ibérica era dividida entre portugueses e espanhóis, estes agrupados nos reinos supracitados, conforme observamos no Mapa de Burns:

Mapa de Burns - 1350



História da Civilização Ocidental
Edward Mc Nall Burns
3ª edição, 1974
Editora Globo - Porto Alegre

Da dinastia dos Afonsos destacamos, como envolvidos mais ou menos intensamente em nossa história:

- D. Dinis (1279 a 1325), o Rei-Poeta, esposo de Isabel de Aragão, nossa rainha santa;

- D. Afonso IV (1325 a 1357), filho de D. Dinis e da rainha Isabel;

- D. Pedro I (1357 a 1367), filho de Afonso IV e de D. Beatriz;

- D. Fernando I (1367 a 1383), filho de D. Pedro I e de D. Constança Manoel.

- de 1383 a 1385... Aqui cabe um breve relato.

Foi um período de transição, sob a regência de Leonor Teles, viúva de D. Fernando I.

Numa decisão dramática para o futuro da nação portuguesa, D. Fernando assinou em 1383 o Tratado de Salvaterra de Magos, ratificado pelas cortes de Santarém, que, em linhas gerais, determinava o seguinte:

Quando ele falecesse — o que ocorreu em outubro daquele ano — Leonor seria regente do trono, e, pela ausência de filho varão, as coroas de Portugal e Castela, seriam cingidas por D. João I de Castela e D. Beatriz, filha de

Fernando e Leonor, que se casariam logo depois da assinatura do Tratado, conforme acordo nele estabelecido.

Após a morte de João e Beatriz, as coroas dos reinos passariam aos filhos do casal e, na sua eventual ausência, a sucessão ficaria a cargo da linhagem de descendentes apenas de Castela, subordinando-se, assim, Portugal ao reino vizinho.

Aproveitaram-se os mentores do Tratado de Salvaterra da grave enfermidade de D. Fernando I, pois o acordo determinava a união das coroas de ambos os reinos, com evidente privilégio para Castela.

Parece-me que aí ocorreu clara oposição ao espírito da antiga lei sálica de Clóvis, escrita no início da Idade Média e cujo objetivo era privilegiar os varões nos direitos sucessórios.

Protegia-se, desse modo, Beatriz, buscando-se inviabilizar a substituição de D. Fernando pelos herdeiros de D. Pedro I, fosse por um dos dois filhos de Inês de Castro, ou pelo Mestre de Avis, detentores de títulos de direitos que os credenciavam a postular a sucessão.

Todavia, as evidentes pretensões do rei de Castela em adjudicar a coroa portuguesa se esbateram na união da nobreza e do povo, empenhados na manutenção das conquistas sedimentadas desde os tempos do Conde D. Henrique, para a efetiva criação do Estado português.

O Mestre de Avis e seu condestável, D. Nuno Álvares Pereira, impuseram a D. João de Castela, apoiado por Leonor Teles e parte da nobreza lusitana, desde 1383 até 1385, sucessivas derrotas, cujo clímax foi a Batalha de Aljubarrota, pequena localidade próxima de Alcobaça, em 14 de agosto de 1385.

Inicia-se aí a dinastia de Avis ou joanina, com o longo e próspero reinado do Mestre de Avis, D. João I, filho bastardo, como já dissemos, de D. Pedro I e Teresa Lourenço, nascido em 1357, passados dois anos da morte de Inês de Castro.

A dinastia joanina se caracterizou pelas incursões marítimas do reino e consequente descobrimento do Brasil.

Voltando a D. Fernando, a bem da verdade, deve-se-lhe creditar, a despeito do questionado Tratado de Salvaterra, os méritos de im-

portantes realizações em seu reinado, visando ao desenvolvimento da agricultura, à ampliação do comércio de Portugal e ao incentivo à construção naval, com a utilização, para tanto, dos Pinhais da Leiria.

Nosso objetivo no livro é o período do reinado de Afonso IV e dos dez anos da presença real de Pedro I.

Enfatizamos em 'E D. Afonso IV?', o início de sua administração, com a presença de Isabel de Aragão, a rainha santa, e os tempos finais, em que se destaca o romance brutalmente interrompido entre D. Pedro e Inês de Castro e suas graves conseqüências para o reino.

VIDA NA IDADE MÉDIA

Embora à época em que nos detemos, em torno de 1350, século XIV, estivéssemos caminhando para a Renascença, os fortes liames entre o obscuro primeiro período medieval e o início do segundo, com a organização das primeiras monarquias pós-carolíngias, não ofereciam risonhas perspectivas à vida social.

Para que o leitor amigo compreenda o que significaram os tempos medievais, no que tange à vida em si das pessoas, farei uma breve síntese.

A Idade Média tradicionalmente divide-se em dois períodos, embora não nos devamos esquecer de que a evolução humana é contínua, e suas etapas sucessivas refletem as conquistas, acertos e erros dos povos, dentro de uma seqüência uniforme, sem solavancos.

Assim, a primeira parte que vai de 400 a 800 d.C, considerada por muitos uma noite de nossa história, tem importante significado no *continuum* evolutivo de que falei acima.

Contudo, permanece mais esquecida, porque a estruturação político-administrativa, que deu grande impulso à futura definição das diversas nacionalidades, surgiu apenas em seu último século — o oitavo de nossa era — com a dinastia carolíngia fundada por Carlos Martel e cujo mais destacado representante foi o imperador Carlos Magno.

É evidente que devemos também ressaltar a importância da dinastia merovíngia, fundada por Clóvis — que reinou de 481 a 511 — ainda no início da Idade Média.

Nesse período lúgubre, fermentaram as idéias maniqueístas de Céu e Inferno, que, aliás, perduraram com grande ênfase, até a Renascença no século XVI e avançaram pelos séculos posteriores, com as profundas marcas religiosas da Reforma e da Contra-Reforma.

Como nos assevera Miguel Domingues:

... nunca chegaremos a conhecer o Homem medieval sem nos integrarmos mentalmente na época em que ele viveu, sem respirarmos, por um esforço prodigioso de vontade, a atmosfera em que ele se criou, toda povoada de anjos e demônios, de visões luminosas do Paraíso e aparições tenebrosas do Inferno.

Destaca-se, no fim desse período medieval, o surgimento e crescimento progressivo do feudalismo, que fortaleceu o poder dos nobres, que, encastelados em seus feudos, arrostavam, muitas vezes, a autoridade real.

De 800 até 1453 — ano da tomada de Constantinopla pelos turcos e queda do Império Bizantino — temos o segundo período da Idade Média.

A partir do ano 1000, o feudalismo começou a enfraquecer-se com o fortalecimento das monarquias nacionais e conseqüente aumento do poder real, que atingiu seu ápice com o absolutismo francês de Luiz XIV, o Rei Sol, no século XVII — absolutismo, aliás, contestado e revisto pela Revolução Francesa em 1789.

É preciso ressaltar que, no pequeno pedaço de terra — Portugal — onde nos situamos, com a triste história de Inês de Castro, o poder feudal, embora influente, não alcançou os extremos que observamos na França.

Chegamos a 1350, epicentro de nosso livro, com as classes sociais divididas em nobreza, clero e povo. Essas classes formavam os três Estados que participavam das Cortes,

denominação das assembléias periódicas, que se realizavam com a presença real.

Sobre o clero, não me deterei, porquanto há numerosos estudos históricos e religiosos a respeito. Ressalto que, na vida de Inês e D. Pedro, há a participação de membros da Igreja, que, com seu respeito à dor, escreveram belas e comoventes páginas de amor e solidariedade.

Haja vista, naqueles momentos de agudo sofrimento, a nobre presença da freira do Convento de Santa Clara, ataviando o corpo de Inês deformado pelo cepo, e a do Bispo da Guarda, D. Gil, que coonestou o casamento de Pedro e Inês — pretensamente realizado antes do falecimento da bela galega bastarda — talvez em respeito à amargura que D. Pedro carregava no peito.

Vale lembrar que o clero atuava do ponto de vista político e militar, em Portugal, por meio de três ordens armadas: a Ordem dos Hospitalários, a Ordem de Avis e a Ordem do Cristo, esta fundada por D. Dinis.

Todas tendo importante participação na vida do reino, não obstante seu natural declínio, com a expulsão dos sarracenos e o fim

das cruzadas.

Falando da nobreza e realeza, recorremos dos castelos de pedra frios, escuros, úmidos, sem conforto. As condições de higiene e as agruras da vida ascética limitavam a idade útil das gentes, com os sofrimentos físicos e morais e as mortes prematuras.

Os filhos dos nobres muito precocemente participavam de exercícios militares incompatíveis com sua idade. Pela ausência de perspectivas, atingiam o fim da juventude limitados pelas poucas idéias inerentes à nobreza:

- A defesa de suas terras, a inaudita violência na pilhagem do vizinho ou de caravanas descuidadas que passavam em seus domínios e as guerras forjadas com outros nobres mais fracos para de seus bens se apropriar;
- As guerras maiores, ora com o inimigo de outros reinos, como em Portugal ocorria com respeito aos reinos hispânicos da Península, sobretudo Castela, ora com o inimigo maior com que toda a Península

convivia desde 709, com a invasão sarracena;

- E a cobrança de impostos e taxas humilhantes, cerceando a vida aos pobres camponeses e pequenos artesãos. Muitas dessas taxas feudais somente foram abolidas na França alguns séculos mais tarde, a partir de 1789.

Os nobres não estimulavam os filhos ao exercício de profissões, não cultivavam o comércio e muitas vezes se viam constrangidos a empenhar as filhas em casamento com agiotas de que se socorriam.

Essa visão distorcida fez com que a nobreza perdesse terreno à crescente influência da burguesia, composta de artesãos, pequenos proprietários, comerciantes e profissionais especializados, como médicos e juristas. Estes, oriundos de universidades criadas na época, sob a influência dos reis, como a Universidade de Coimbra, fundada por D. Dinis.

Os monarcas pretendiam provocar, com sua ação no campo da cultura, o enfraquecimento do poder dos nobres e do clero.

A burguesia foi, assim, sedimentando-se com maior vigor, fortalecendo o terceiro estado e aumentando-lhe o poder nas já citadas cortes.

O terceiro estado, com sua composição heterogênea, era mais aliado dos reis, na época que destacamos, do que a própria nobreza, perdida em sua idéia acanhada de apenas preservar o estômago, o relativo conforto e as suas terras.

Credite-se, contudo, à nobreza o surgimento dos cavaleiros e seu código de ética, com crescente participação na vida dos reinos, na segunda fase da Idade Média. Sem dúvida, algo melhor a arejar o limitado descortino dos fidalgos.

Quanto ao povo, fundamentalmente representado por camponeses e pequenos artesãos, o sofrimento era muito maior.

Se poucos nobres davam-se ao luxo de lavar as mãos em uma bacia de prata, enxugando-as com toalhas debruadas de dois palmos de largura, igualmente poucos membros do povo se destacavam da condição miserável que lhes infligia duros sofrimentos.

Moravam mal, sem qualquer mínimo

conforto, passavam frio e fome e eram os primeiros a sofrer os embates das crises freqüentes, decorrentes dos rigores do inverno, das guerras e das pestes.

As crianças deixavam de sê-lo em tenra idade, trabalhando escravizadas por superiores que não eram necessariamente nobres. Os jovens continuavam a saga de seus pais sem estudo ou outras perspectivas além das suas atribuições rotineiras e desgastantes.

Entre os pequenos artesãos, comerciantes e camponeses, aqueles que conseguiam destacar-se sofriam tais agruras em menor intensidade, mais assemelhados à nobreza.

Na Idade Média, a vida era difícil para todos, independentemente da classe social a que pertenciam.

Sobreviver aos 40 anos já era um privilégio, até porque as guerras e as pestes faziam parte das desilusões cotidianas.

Sob a luz mortíça dos candeeiros, contabilizavam-se as perdas inelutáveis, e se excogitava sobre os efeitos das pestes freqüentes.

Mesmo dentro do período central deste livro, entre 1347 e 1352, a Europa prestou

contas à Peste Negra, provavelmente trazida da longínqua Criméia por navegantes genoveses.

A Grande Peste atingiu em peso a Europa Ocidental, com incursões pela Sicília, França, Inglaterra, Península Ibérica e Europa Central, avançando até a Escandinávia e confins da Polônia e Rússia.

Ceifou 25 milhões de vítimas, número correspondente a 1/3 da então população da Europa Ocidental. Não era fácil viver na Idade Média, com a privação de tudo e até dos anseios afetivos.

Lembramos que em Portugal — além dos efeitos da Peste — terrível seca assolou o país dois anos antes da morte de D. Afonso IV, creditando o povo tal flagelo à decapitação de Inês de Castro.

CASAMENTO DE PEDRO E CONSTANÇA — O INÍCIO...

Em agosto de 1340, sob o reinado de Afonso IV, celebram-se em Lisboa as cerimônias de casamento entre o infante D. Pedro e D. Constança Manoel, do vizinho reino de Castela.

A união foi sacramentada segundo as razões de Estado e não do coração, envolvendo interesses recíprocos de Portugal e Castela.

O sponsalício nada trouxe de novo em suas feições pragmáticas.

Estavam presentes o rei e sua consorte D. Beatriz, a nobreza que abarrotava a catedral e os noivos atônitos, perplexos diante de tanta pompa e pouco amor.

Pelo inusitado desses fatos, mais tarde voltaremos a eles. Se não para justificar o amor extemporâneo que já se manifestava entre D. Pedro e Inês de Castro, filha bastarda de influente nobre da corte de Castela e dama de companhia de D. Constança, a esposa escolhida, ao menos para mostrar como eram tratados os

assuntos do sentimento no período medieval, em que se tolhia a liberdade ao homem e à mulher, fosse na Corte e na nobreza ou entre a população humilde.

Vejamos a descrição do casamento de Pedro e Constança feita, do Plano Espiritual, pela testemunha ocular de então, Inês de Castro, que, chocada, apercebeu-se de que quem estava se casando com D. Constança Manoel era alguém cuja presença lhe magnetizara as fibras recônditas do coração:

Minha memória voltou no tempo a fim de rever-vos pela primeira vez, na Sé de Lisboa, quando se vos confirmou a união com a Rainha Dona Constança Manoel.

Lembrei-me de que todos os aparatos da solenidade, com que El-Rei D. Afonso IV e a sua Real Esposa, a Rainha Dona Beatriz, quiseram marcar com grandeza inesquecível o grande acontecimento, desapareceram de minhas impressões.

Via apenas a Vós, amado rei, a Vós, que me povoáveis todos os sonhos, herói e

soberano, que eu supunha existir exclusivamente no mundo iluminado de minhas esperanças.

De espírito surpreso, qual se vos visse, como num sonho, após sairdes de mim mesma, para se me revelar ali, no seio da multidão, compreendi, de súbito, que éreis a corporificação de todo o Amor a que eu aspirava, mas o êxtase não me anulou a noção da realidade.

A jovem bastarda dos Castro deveria sufocar o enlevo nos recessos do coração, da mesma forma com que aferrolhava o sonho nas profundezas da alma.

E chorei, dando a idéia de que as emoções da festividade me dominavam, quando, no íntimo, me reconhecia em lágrimas, à frente das muralhas invisíveis das leis humanas, que ainda hoje separam as criaturas com mais impenetrabilidade que a dos muros de pedra.

Via-vos sem a possibilidade de tocar-vos, extasiava-me com a vossa presença, sem a mínima esperança de respirar-vos a conviência.

Debalde, procurei afastar-me de vossa real presença, receando trair-me ou ferir a

benfeitora que me situara no séqüito em que se fazia representar.

Todas as circunstâncias, amado rei, me contrariaram os propósitos, e as obrigações da função me colocavam diante de vós, sentindo-me na condição da criatura que, de certo modo, vos enodoava a real aparição, com o amor oculto que vos devotava.

Ignoro, amado soberano, se vos recordais do dia em que dissestes amar-me, dia em que caí no leito, como se um raio me houvesse traspassado o coração. As vossas palavras eram tudo o que eu queria ouvir, mas também tudo o que não me seria permitido escutar.

Uma febre desconhecida me queimou as entranhas e em delírio chamei por vós, como sendo meu anjo guardião e meu salvador.

Amigas prudentes foram suficientemente leais para se compadecerem de mim, sem me comentarem as alucinações e, desde então, começou para mim a vida nova, na qual se entrechocavam o meu reconhecimento pela Senhora que me colocara em serviço e a paixão por vós que me governastes a vida e o coração para sempre.

Refiro-me a isso, amado soberano, para reafirmar que não vos esqueço, que gravitarei sempre em torno de vós, com a força do destino que caracteriza a movimentação de um satélite caudatário de um astro.

Amado rei, não tenho outra vida que não seja a vossa própria vida em mim. E amo-vos não só a beleza angélica, mas igualmente a vossa formação espiritual e a vossa justiça, a vossa integridade de caráter e grandeza de coração.

Amado rei e senhor meu, sede bendito por toda a felicidade que me trouxestes. Confio em vossa firmeza de ânimo e estou em preces a Deus para que todos os vossos deveres para com os vossos entes queridos, que são igualmente amados meus, se façam valorosamente cumpridos.

Amado rei e senhor meu, estais em meu pensamento dia e noite. Penso, muitas vezes, que sou um fragmento de vossa grandeza ou uma pequena parcela de vosso coração magnânimo, e sei que sou um singelo feixe de vossos reflexos.

Amado rei, eu vos amo!

Somente a vós, unicamente a vós e tão somente por vós, atravesssei longos caminhos, às vezes, encharcados de lágrimas, para encontrar-vos. Nunca vos esqueço, nunca vos esquecerei. Como deixar-vos sendo eu vós mesmo dentro de mim?

Se estiverdes tranqüilo, a paz estará igualmente em mim.

Vossa alegria é a minha alegria, e um pingo de vossa tristeza, quando essa tristeza aparece, tem o tamanho de uma nuvem no meu coração.

Amado Soberano, Deus vos abençoe e vos guarde, assim como vos rogo proteger e lembrar sempre quem vive de vós e por vós.

Sempre convosco para sempre.

Inês de Castro

PEDRO, CONSTANÇA E INÊS

Inês de Castro

Inês de Castro nasceu na Galiza, em Monforte de Lemos, região que foi objeto constante de disputa entre Portugal, então Condado Portucalense, e o reino de Leão, sendo finalmente a este incorporada.

Mais tarde, o reino de Leão — com a Galiza já anexada — seria assimilado por Castela.

Há incertezas sobre sua data de nascimento, provavelmente em 1325. Era filha bastarda do influente Pedro Fernandes de Castro, importante par na corte de Castela, e da dama portuguesa Aldonça Soares de Valadares.

Por serem descendentes de D. Sancho IV de Castela, contemporâneo de D. Dinis de Portugal, Inês e Pedro tinham laços de consangüinidade.

Inês chegou a Portugal em 1340, como dama de companhia de D. Constança Manoel, cujo casamento com D. Pedro fora acertado com

Afonso Onzeno, rei de Castela, seu ex-esposo, que a desprezara.

Destacavam-se em Inês seus dotes espirituais. De rara beleza, segundo os unânimes relatos, com os penetrantes e suaves olhos glaucos e os longos cabelos louros, herança aos visigodos, caindo-lhe pelo colo de alabastro, desde sua chegada a Portugal, acompanhando Constança Manoel, cativava a todos pela sua gentileza e simplicidade.

Buscou de todas as formas represar as ânsias do amor por D. Pedro, considerando mesmo a hipótese de ingressar no Convento de Santa Clara.

Respeitou o casamento de Pedro e somente cedeu às investidas afetivas do infante, quando da morte da infortunada esposa, em decorrência do parto de Fernando.

Estava Inês posta 'em sossego' no exílio da Galiza, não obstante as correspondências e notícias que o príncipe lhe enviava, quando D. Pedro mandou buscá-la, para viverem definitivamente juntos.

As cartas espirituais que se sucedem no desdobrar do livro; as manifestações de carinho e respeito que Isabel de Aragão lhe

dedicava; e o seu perdão irrestrito ao rei Afonso IV, inspirando Pedro a fazê-lo também, nos levam a compreender que Inês passou pelo acerbo sofrimento da manhã de 7 de janeiro de 1355, não por resgate reencarnatório, e sim pela sua vocação missionária.

Missão de renúncia e dor que iluminaria os novos caminhos a serem trilhados pela nação portuguesa e, de modo especial, pelos espíritos endividados de Pedro e seu pai, certamente a Inês ligados por fortes vínculos do passado.

O historiador F. Dinis, em seu estudo sobre Portugal, a ela se refere com singular respeito e afeto, assim descrevendo-a em linguagem adaptada aos nossos dias:

O que nela mais fascinava era o esplendor suave e sereno da própria gentileza. A formosura de Inês era uma destas formosuras suaves que involuntariamente inspiram amor.

A gentileza de Inês de Castro era como que o reflexo de sua alma cândida; os seus contemporâneos denominaram-na colo de garça, tão airosas eram as ondulações do seu pescoço gentil, sustentando a formosa cabeça moldurada profusamente de tranças loiras.

Mas o que tinha principalmente, o que nela mais cativava, era o indefinível encanto, o feitiço etéreo, como que intangível, que os franceses chamam graça, mais bela ainda que a beleza.

Constança Manoel

Com a união definida pelas cortes, e não pelos noivos, vemos assim Constança Manoel em Lisboa.

Afonso Onzeno acertou o matrimônio com Afonso IV, pelas razões que caminhavam usualmente naqueles tempos, ao largo da afeição.

O principal motivo para o soberano castelão era agradar, como veremos a seguir, o nobre João Manoel, pai da infeliz dama e figura ainda importante na corte. E por quê?

Era Afonso Onzeno filho herdeiro de Henrique IV de Castela e da rainha também chamada Constança, dama portuguesa, irmã de D. Afonso IV, rei de Portugal.

A morte prematura de Henrique IV precipitou a sucessão em Castela, com o príncipe herdeiro, Afonso Onzeno, ainda criança.

Foi designado regente João Manoel, um dos mais prestigiosos fidalgos de Castela.

A regência, porém, foi interrompida por Afonso Onzeno, que, ao completar 15 anos, assumiu o poder, expulsando João Manoel da casa real. O nobre, em represália, buscou depô-lo pela força das armas.

O rei adolescente, sem estrutura militar, com pouca retaguarda da nobreza, vendo-se prestes a perder a coroa, convocou o ex-regente, oferecendo-lhe um acordo do qual resultou o casamento do jovem monarca com sua filha, que se tornaria assim rainha de Castela.

Afonso Onzeno, todavia, não cumpriu o prometido, repudiando a jovem de apenas 12 anos, conservando-a prisioneira e usando-a como refém contra qualquer investida do pai. E não parou por aí.

Perdurando a situação incômoda que magoava o poderoso João Manoel, para agradá-lo e também para aproximar-se mais de Portugal, contratou com D. Afonso IV o casamento de sua ex-esposa Constança Manoel com D. Pedro, o príncipe herdeiro.

O pai acedeu, pois, de qualquer forma, a filha voltaria a ser rainha, agora de Portugal,

quando Pedro assumisse o trono. Quis, contudo, o destino que, mais uma vez, a jovem não fosse coroada.

Seu coração seria novamente golpeado, como já fora em Castela, pelas temíveis razões de Estado que nos levam a vê-los juntos, Pedro e Constança, conhecendo-se na Sé de Lisboa...

Ela, que já passara por grande humilhação na corte de Afonso Onzeno, enfrentaria os mesmos dissabores em Portugal.

Como podemos constatar, assim eram as uniões entre os jovens príncipes da época. O que delas se poderia esperar, quando sua perpetuação dependia mais de fatores políticos, de ambições e conveniências do que propriamente de afeição?

Constança, ao perceber a ligação de Pedro com sua dama de companhia, portou-se dignamente: calou-se diante da realidade que não esperava e buscou, sem êxito, até aproximar-se mais de Inês, ao convidá-la para madrinha do primeiro filho.

Esposa exemplar, sofreu com humildade no silêncio da sabedoria e deu ao príncipe herdeiro três filhos.

Faleceu em novembro de 1355, pouco depois do parto de D. Fernando, que sucederia o pai no início de 1367.

Pedro

D. Pedro I nasceu em Coimbra, a 8 de abril de 1320, também descendente do Conde D. Henrique, francês da família de Borgonha, que semeou reis e nobres ao longo dos séculos pela Europa Ocidental.

Filho de D. Afonso IV e de Beatriz de Castela, era, por falecimento dos irmãos mais velhos, o primogênito homem e, portanto, herdeiro da coroa.

Já aos oito anos, em função dos acertos palacianos, recebeu em casamento uma criança de sete, Branca de Castela, cujo desequilíbrio mental levou à dissolução do compromisso.

Sua estirpe era notável: filho de um grande rei, Afonso IV, o rei guerreiro, e neto de D. Dinis, o Rei-Poeta.

Conviveu Pedro com a avó Isabel de Aragão até os 16 anos, recolhendo à rainha santa ensinamentos e exemplos que muito o ajudaram na triste sina que o acompanhou após o martírio de Inês de Castro, ocorrido por razões políticas, que, uma a uma, o tempo fez desacreditar. Certamente os motivos cármicos, imperscrutáveis, estavam no passado, em existências anteriores.

O calvário por que passou permitiu a Inês, ao longo do tempo, alçar vãos espirituais elevados sob a proteção da rainha santa; todavia, Pedro continuou preso às amarras da Terra ainda pelos séculos vindouros, caminhando espiritualmente mais distante de Inês.

A chegada de D. Constança para as cerimônias de casamento na Sé de Lisboa trouxe oculta toda a tragédia que eclodiu em pouco tempo.

Olhares furtivos entre Pedro e Inês já na catedral, posteriores contatos e a cruel realidade, que não fugiu aos olhos da nobre castelã,

desdobraram-se nos fatos que nem a férrea autoridade de Afonso IV conseguiu deter.

Os esforços da corte para afastar Pedro de Inês foram infrutíferos.

Chegou o rei a degredar Inês no solar dos Albuquerque, na Galiza, apesar das amargas lembranças que o local lhe trazia, porquanto o imponente castelo fora erigido por seu irmão bastardo, Afonso Sanches, que matara devido a desavenças políticas.

Ali ainda residia a viúva de Afonso Sanches — naturalmente hostil a Afonso IV — a tia de Inês de Castro, D. Tereza Albuquerque, que passou a cuidar da jovem durante o exílio.

Os contatos entre Pedro e Inês, contudo, se sucediam a despeito do exílio.

Em novembro de 1345, D. Constança foi liberada de seus sofrimentos morais pelas leis divinas. Faleceu em decorrência do parto de Fernando, que viria a ser o sucessor do pai, na seqüência da dinastia afonsina da qual foi o último rei. A infeliz senhora, que sofrera em Castela o desprezo do rei — esperançosa de reviver a paz e aplacar os ímpetos do coração em Portugal — também aí não foi afortunada, desde o momento em que transpôs a soleira da

Sé de Lisboa, sendo trocada pela dama de companhia.

Pedro e Constança tiveram três filhos, Luiz, que pouco durou, Maria e Fernando.

Com o falecimento da esposa, Pedro vai buscar Inês de Castro no Solar dos Albuquerque à revelia paterna, trazendo-a para o seu convívio direto nas proximidades de Peniche — ali usufruindo o casal os saudosos bons tempos em que nasceram os filhos e que foram os raros momentos felizes de sua vida.

Posteriormente, fixam-se em Coimbra, onde nos encontramos no início deste livro.

Da união de Pedro e Inês, nasceram quatro filhos, sobre os quais teceremos rápidas considerações a seguir.

A morte da mãe, em 1355, quando eram ainda muito crianças e a do pai, em 1367, quando João, o mais velho, mal saía da adolescência, trouxeram pesadas dificuldades para os filhos de Inês e Pedro, sacudidos na infância pela tragédia que lhes destruiu o lar.

João e Dinis tiveram vida muito atribulada, eivada de sofrimentos e incertezas, dando continuidade à triste saga vivida pelos

pais.

Beatriz, somente quando passou a viver em Castela, deixando a querida Quinta dos Canделos, de tão afetuosas recordações, livrou-se das angústias que acompanharam os irmãos até o fim de seus dias.

Falemos um pouco deles:

- Afonso (1349), que morre no mesmo ano.
- João (1350), que Inês, em suas cartas mediúnicas, insiste em chamar João Álvaro. Tornou-se muito popular durante o reinado de Fernando I, credenciando-se como possível sucessor do trono, pois, como sabemos, o monarca faleceu sem herdeiro varão, e a rigorosa interpretação da lei sálica poderia dificultar a ascensão de sua herdeira, Beatriz, que se via em situação desconfortável também pelo fato de ser casada com o rei de Castela.

O prestígio de João não agradava Leonor Teles, que, vendo-o casado com a irmã Maria, passou a considerá-lo com mais reservas. Temia que a própria irmã se tornasse rainha com a morte de Fernando, dificultando-lhe as manobras na Corte.

Leonor, durante o período de regência, teria tramado para que o infante João matasse a esposa, inviabilizando-lhe as pretensões ao trono.

Em função do ocorrido, viu-se constrangido a emigrar para Castela, onde o rei, genro e aliado de Leonor Teles, o prendeu, isolando assim da sucessão portuguesa o candidato com mais títulos de direito.

João faleceu na prisão de Salamanca, aos 36 anos.

No período de transição de dois anos, de 1383 a 1385, entre a morte de D. Fernando e a ascensão do novo rei, as forças nacionalistas portuguesas — em confronto com Leonor Teles e o rei de Castela — apoiaram o outro João, o Mestre de Avis, também filho de D. Pedro, nascido dois anos depois da morte de Inês, sendo sua mãe Tereza Lourenço.

- Dinis (1351), que se viu constrangido a fugir para Castela devido a curiosa ocorrência, que Joaquim Ferreira descreve em seu tratado sobre Portugal e que passamos a relatar:

Os filhos de Inês de Castro freqüentavam a Corte de D. Fernando.

Ao casamento do rei com Leonor seguiu-se a cerimônia do beija-mão da rainha.

O infante D. Dinis, segundo filho de Inês, recusou-se a fazê-lo, dizendo que ela sim deveria beijar-lhe a mão. Fernando, puxando da adaga, avançou sobre Dinis, sendo contido a tempo.

O infante se viu constrangido a refugiar-se em Castela.

A vida de Dinis foi muito atribulada: houve tentativa de retorno mais tarde a Portugal, não sendo bem recebido pelo então soberano, seu irmão, o Mestre de Avis, que o enviou à Inglaterra em missão diplomática, para dele livrar-se.

Detido na Inglaterra, conseguiu a fuga para Castela, onde se casou com Joana, filha bastarda de Henrique II, tendo dois filhos, D. Pedro e D. Beatriz. Faleceu aos 43 anos.

- Beatriz (1354), que inicialmente residiu na Quinta de Canidelos, mas, não se dispondo a participar do beija-mão de Leonor Teles, do mesmo modo que o irmão Dinis, ficou sem ambiente na Corte e migrou para Castela, onde se casou, em 1377, com D. Sancho, o Conde de Albuquerque, irmão do rei Henrique II de Castela.

Ali viveu por muitos anos, deixando numerosa descendência. Sua neta, Leonor de Aragão, foi esposa do rei D. Duarte de Portugal, filho e sucessor do nosso conhecido Mestre de Avis, também filho de D. Pedro, como Beatriz.

O período correspondente à morte de Constança Manoel, ao exílio de Inês de Castro e ao estreitamento de sua convivência com Pedro, de que falamos neste capítulo, é testemunhado pela mensagem de Inês transmitida pelo Chico, que apresentamos a seguir.

São palavras candentes de quem participou daqueles momentos vividos há mais de seiscentos anos:

Amado rei e senhor meu, digna-se Nosso Pai de Infinita Bondade abençoar-vos e engrandecer-vos sempre.

Tão grande é a similitude das situações desta vossa servidora — que, um dia, desejastes arrancar ao anonimato e à bastardia, para compartilhar a vossa real presença —

entre o passado e o presente, que vos peço perdão se recordo a ocasião em que me destacastes em vosso afeto.

Desfrutáveis a liberdade para algo dizer-me de vosso amor; entretanto, de que modo conseguiria expressar-vos a imensa ternura que me inspiráveis, em minha condição de fraca mulher chamada a servir em vossa real moradia?

Sabeis que caí sob o domínio da febre maligna quando me dissestes, pela primeira vez, que eu estava em vossa alma, que me debati entre a vida e a morte, chamando-vos junto de mim... de tudo isso sabeis.

Protegestes a minha convalescença, restituindo-me a saúde, mas, quando voltastes a me falar de vosso amor, no Paço de Lisboa, porque eu chorasse incapaz de responder, afirmastes magoado:

— Já sei. Amais a outro e não a mim.

— Isto nunca aconteceu, respondi entre lágrimas.

— Então, por que a recusa?

— Ante a vossa indagação, esclareci que era minha intenção professar na Ordem de Santa Clara, que, decerto, bastarda como eu

era, não poderia, de minha parte, fazer a felicidade de ninguém.

Fixastes-me com imensa tristeza e acrescentastes:

— Compreendo, Inês... Sei que não me quereis diante da minha dificuldade de expressar-me... Creio que não sei falar quanto vos amo... Em família e na Corte, todos me acreditam calado, impenetrável... Certamente, qual ocorre aos outros, tendes medo de mim...

— Quem vos disse tamanha inverdade? Apenas compreendo a distância que nos separa. Deus sabe quanto vos admiro e respeito...

— Só isso? — acentuastes em tom amargo.

— Inês, eu sofro muito...

Incapaz de sopitar os sentimentos que me turbilhonavam no coração, expliquei francamente:

— Eu vos amo, com todas as forças de minha alma, eu vos amo desvairadamente, senhor! Acaso não vedes que as minhas lágrimas falam mais que as palavras?

— Então, salvai-me deste sofrimento, dissestes.

— E quem me salvará, Senhor? Repliquei no pranto convulsivo em que me desfiz totalmente.

— Eu vos salvarei — respondestes.

Então, no aposento isolado, me tomastes nos braços fortes, como querendo guardar a minha fragilidade na fortaleza de vosso peito leal e magnânimo e me beijastes tão profundamente e tantas vezes, qual se quisesseis marcar-me com o vosso amor para sempre.

Desde esse instante, confirmei a mim mesma que eu nascera propriamente vossa.

Para mim não importavam mais o sofrimento ou a morte. Sentia-me vossa, sem condições. Qualquer argumento do mundo contra semelhante verdade teria a força de minúsculo galho de arvoredor que se propusesse a sustar a correnteza de um grande rio.

Entreguei-vos, soberano, o que eu chamava como sendo minha vida, como já vos pertenciam o meu coração com todos os meus pensamentos.

Isso acontecia em mim, não porque fôsseis o príncipe e futuro rei, porque se esti-

vésseis na estamenha de um carvoeiro, seria vossa propriedade sem qualquer condição.

Sabeis que a intriga palaciana, a injúria dos conselheiros, a perseguição das autoridades do reino e as tramas dos áulicos sem piedade conseguiram deslocar-me de vossos braços e me fizeram marchar para o exílio.

Sabeis quanto me doeu a separação.

Não era a terra florida e acolhedora do vosso País que eu deixava, com o banimento a que me votaram, mas sim deixava a própria vida em vossas mãos. O que foram aqueles tempos de saudade e dor que somente as vossas letras amenizavam, sabe-o Deus.

A morte da Rainha Dona Constança Manoel, que todos lamentamos de coração, logo após o nascimento de vosso filho, o rei Dom Fernando, induziu-nos a renovar as nossas vivências.

As emoções de nossa viagem recente me trouxeram à memória as resoluções que adotastes.

Chegastes ao Solar dos Albuquerque, em que meu exílio se fixara e decidistes trazer-me de qualquer modo.

Não havia como alterar-vos as decisões e, embora soubesse, com os parentes e amigos, que a minha volta ao vosso País desafiaria a autoridade de vosso amado pai, o amor foi mais forte que o receio, e acompanhei-vos sem titubear.

Instalastes-me em vossa companhia no Paço Real da Serra de El-Rei, nas vizinhanças de Peniche, após laboriosa viagem em que tudo fizestes para me evitar as preocupações.

Nesse ninho erguido entre o verde e as flores da região, nasceu-nos o primeiro filho, a quem chamastes Dom Afonso, em 1349, e palavras humanas não descreveriam o júbilo e a esperança de que nos sentíamos tomados, ante aquela vida abençoada que desabrochava das nossas.

Dom Afonso, porém, pareceu-nos uma flor por demais sensível ao clima espiritual dos conflitos que se multiplicavam em derredor de nós e voltou para os Céus, deixando-nos imensa dor.

Perseguidos de novo por intrigas que vos vinham às mãos de vários pontos, estivesse a Corte em Lisboa ou em Évora, em Santarém ou em Coimbra, a vossa real benemerência

conduziu-me em nova viagem, para as cercanias de Bragança, de onde poderíamos, a qualquer momento, retomar o caminho para a Galiza...

Nossa felicidade nunca se alterou. Nosso segundo filho, Dom João Álvaro, veio ao mundo enlaçar-nos ainda mais... E depois os outros dois, D. Dinis e D. Beatriz.

Perdoai-me se vos falo tanto em saudade, mas crede, amado soberano, que sois, hoje como ontem, agora como sempre, a minha própria vida e a minha luz.

Deus vos guarde e abençoe com todos os corações que se fizeram estrelas de nosso amor.

Castro

DESDOBRAMENTOS DO ENCONTRO NA SÉ DE LISBOA

Notícias de Isabel de Aragão

No capítulo que trata do casamento de Pedro com D. Constança Manoel, colocamos em complemento as palavras de Inês de Castro que nos descreve as sensações difíceis dos primeiros momentos, ao reconhecer que Pedro era sua alma afim, todavia, casado com a amiga e benfeitora.

A seguir, para conhecermos mais profundamente a alma nobre de Inês, apresentamos seu depoimento — seiscentos anos depois — a respeito daqueles difíceis momentos:

Depois da longa enfermidade, que a retivera no leito por diversos dias, Inês havia saído para o campo, pelas portas de Santo Antão, acompanhada de Ana, a mesma companheira que se lhe fizera camarista desde

o solar de D. Tereza de Albuquerque, na Galiza, e de um fiel escudeiro da Casa Real.

Aquela era uma excursão campestre recomendada pelo médico, tocada de função terapêutica, que se realizaria a noroeste de Lisboa, e a aia da rainha fazia o passeio pela segunda vez.

Montados em animais mansos, os três viajantes viram o Infante D. Pedro surgir da vereda próxima e incorporar-se, de imediato, à pequena caravana.

O escudeiro e Ana tomaram retaguarda discreta, e o Infante, solícito, encarregou-se de guardar a companheira.

A tarde era bela e o sol do poente incidia sobre o verde das quintas bem cuidadas, imprimindo novo realce às rosas e jasmineiros, aos gerânios e rosmaninhos que embalsamavam a atmosfera de suave perfume.

D. Pedro falou à companheira da beleza dos céus muito azuis, e Inês salientou que, nos céus, a impressionava a presença do sol que lhe parecia um tesouro de forças repartidas por Deus, sobre todas as criaturas, em partes iguais.

Ali estavam eles à frente de uma paisagem retratando a verdade do que afirmava. O homem no lar, o pássaro no ninho, o coelho em sua luta, a árvore sobre as raízes e a flor no caule recebiam do céu a mesma parcela de luz e calor, evidenciando a justiça que governa todos os seres e todas as coisas.

D. Pedro escutava os conceitos que ouvia, tomado de profundo interesse, e o diálogo entre os dois começou, profundamente expressivo e humano, não obstante os olhares de ardente amor que permutavam entre si.

— Inês — disse o infante, as suas palavras me fazem lembrar antigas conversações no regaço de minha avó, a Rainha Isabel.

Era eu muito criança, cercado de professores que me preparavam para os tempos do futuro, quando, tudo indica, devo eu substituir meu pai no trabalho de governar, quando minha avó me falava de assuntos dos quais os meus mestres nunca se lembravam...

— Como assim? — disse a moça convalescente.

— Minha avó não se detinha tanto, como era de pensar, nas realizações de meu avô D. Dinis, que adorava as artes, notadamente a

de escrever, a par dos serviços que desenvolvia intensamente no reino, a fim de acordar o povo para o cultivo do solo.

Minha avó vivia mais pela alma. Muitas vezes me disse que esperava de mim, quando eu crescesse, uma diretriz humana que não prejudicasse os plebeus, em favor dos fidalgos.

Não sei por que confiava tanto num menino como eu, de tão tenra idade... Era muito versada no latim e traduziu para meu conhecimento ensinamentos de Jesus que me ficaram na memória.

D. Pedro, notando que a companheira cismava, continuou:

— Você não pode esquecer da luta imensa que houve entre meu pai e D. Afonso Sanches, de quem sua tia Tereza é a viúva... Pois, minha avó conseguiu colocar a paz, em nome de Cristo, entre eles.

A Rainha Isabel, muitas vezes, quando era um menino, me dizia ouvir as vozes de Santo Agostinho e de Santo Antão, quando estava no oratório e me dizia que esses santos pediam a ela que pusessem, no meu coração, as idéias da justiça igual para todos, mas

recomendava que eu não falasse disso a ninguém, para que os fidalgos não a considerassem louca.

Um dia, chamou D. Afonso Sanches, o filho bastardo do próprio marido, a fim de pedir-lhe perdão pelos ultrajes que sofria. Vi seu tio indireto ajoelhar-se-lhe aos pés e pedir-lhe para que o abençoasse.

Ela ergueu-o delicadamente e autorizou-o a chamá-la por mãe, pois não o considerava bastardo, e sim filho dela própria.

— Meu Deus — exclamou a companheira emocionada, sua avó devia ser uma santa. Eu que sou bastarda, sei quanto me dói o menosprezo que me atiram...

— Não para mim — disse o Infante — para mim você é a mais pura realeza...

Talvez para não esquecerem os ensinamentos da Esposa de D. Dinis, Inês falou comovidamente:

— Tantas idéias de justiça na Rainha de Aragão me assombram em tempos como os nossos...

D. Pedro acentuou, evocativo:

— Ela suplicava ao meu avô não olvidasse os humildes e os pequeninos, que

repartisse terras lembrando que não somente os nobres careciam delas.

No inverno, determinava que as aias lhe trouxessem todas as roupas e agasalhos que estivessem de sobra no palácio e os distribuía, ela própria, nos lares em penúria...

E o Infante prosseguiu:

— Um dia pedi a ela para falar a meu pai daquilo que os santos lhe diziam no oratório, para que a justiça não demorasse a chegar... Ela respondeu que os tempos eram de muito ódio e de muita ambição entre os nobres, e que o barulho da guerra não permitiria que o filho a ouvisse...

Inês esprou o olhar pelo campo e comentou:

— Daria tudo para ter tido contato com a rainha D. Isabel. Ela deveria ter muitas lições para nos dar, muito consolo a repartir... Imagine. Uma rainha a falar de justiça e fraternidade, capaz de deixar o palácio para visitar as choupanas, capaz de abençoar um filho do rei, seu marido, com outra mulher...

— Em verdade, minha avó era assim, aduziu o príncipe.

— E se um dia, permitindo Deus, se a coroa do reino brilhar em sua cabeça, fará você a justiça que ela sempre desejou?

— Inês — ajuntou D. Pedro — ainda que eu morra serei justo. Se um dia for rei, os fidalgos não usurparão os infelizes, colocarei a justiça no reino.

Muita gente afirma que a minha avó não ouvia as vozes dos santos, que ela apenas sofria algum desequilíbrio, mas eu estou convencido de que a rainha minha avó falava a verdade.

Ela colocou em meu coração um amor tão grande a Jesus que, às vezes, ao ver um mendigo, penso que é o próprio Cristo a me estender as mãos...

Se, um dia, quiser o Todo Poderoso que eu seja rei, farei a justiça reinar para todos. Você não será bastarda porque será rainha...

— Senhor, que me diz? — aventou a moça, assustada.

D. Pedro envolveu-a num olhar de imensa ternura e considerou:

— Inês, sou um homem moço, mas tenho sofrido muito... A princípio, casaram-me com D. Branca de Castela, pobre menina

doente de sete anos, quando eu contava apenas oito de idade...

Verificando-se que D. Branca era uma pequena enferma, desfez-se o enlace, e, mais tarde, casaram-me com D. Constança Manoel... Você compreende? Casaram-me...

E se eu... e se eu quisesse agora casar-me com você?

A interpelada ruborizou-se e protestou:

— D. Constança é a futura rainha, sua esposa. Não me sinto com forças para destituí-la da posição que ocupa ao seu lado.

Não posso trair quem me beneficiou tanto, trazendo-me à sua presença... Mas também não estou em condições de negar-lhe o que me peça... Senhor, que desígnios são esses que me trazem a Portugal?

Minha mãe morreu cedo, quando passou pelo desgosto de me ver arrancada aos seus braços, porque eu nasci mulher, e meu pai apenas deixava com minha mãe os bastardos que fossem homens.

Ele queria que eu tivesse uma educação semelhante à de minha irmã D. Joana, filha legítima de sua esposa, a infanta D.

Isabel, e me entregou à minha tia Tereza, viúva de D. Afonso Sanches, que não tinha muito tempo senão para tramar com os mouros movimentos que hostilizassem seu pai, El-Rei D. Afonso.

Vivi entre professores galegos e portugueses. Considerei um prêmio aos meus sofrimentos ser convidada por D. Constança Manoel — de quem sou também prima bastarda — para acompanhá-la, na condição de aia do seu séqüito. Não posso trair a minha benfeitora, motivando a separação do casal ao qual devo tanto...

Apesar disso, senhor, quero dizer-lhe que o amarei até a morte e até além da morte... Se não posso enganar a infanta, não posso enganar meu próprio coração.

Como recusar-lhe o meu amor se lhe pertença... Faça de mim o que o senhor Infante quiser... Ordene, e seguirei o que me ditar...

Não posso trair D. Constança porque também amo a Jesus e não posso trair minhalma porque minhalma lhe pertence...

Fale, senhor, o que me cabe fazer, e farei... Poderei, um dia, pertencer-lhe, trabalhando pela justiça e pela fraternidade, con-

forme as idéias da rainha que lhe foi mentora e avó angélica.

E, chorando, Inês acrescentou:

— Dizem que a rainha Isabel chegou a transformar pães em rosas... Quem sabe, um dia, pertencendo eu ao senhor infante, poderei distribuir pães e rosas em seu nome?

Não será também dar-lhe a minha vida que é sua, ensinando a justiça e a fraternidade em seu reino?

Senhor — e a voz de Inês se fez mais lacrimosa — não duvide de quanto o amo. Não desejo separá-lo da Infanta D. Constança, mas pertença-lhe...

Se um dia surgir no caminho que eu deva morrer pelo amor que lhe tenho, esteja certo de que morrerei para amá-lo cada vez mais...

D. Pedro contemplou-a com os olhos molhados e abraçou-a, mas o escudeiro falou no horário de volta.

O palácio esperava.

Era preciso guiar os animais em sentido contrário e partir.

Castro

O REINADO DE D. PEDRO I

O suceder implacável dos fatos históricos volve mais uma etapa, impulsinando o povo português a novas vivências no longo percurso da afirmação de sua nacionalidade, em seu contexto mais amplo, com a sedimentação das conquistas político-administrativas, dos valores culturais e dos costumes.

Em maio de 1357, morre D. Afonso IV aos 66 anos.

O velho guerreiro, afeito aos rigores das campanhas, nos últimos meses de sua vida, mostrava sinais de desalento.

Dividira parte das funções reais com o filho, por meio do acordo definido nas Pazes de Canaveses, entretanto, continuava reinando.

Alquebrado, seus pensamentos voltavam insistentemente ao triste 7 de janeiro de 1355, quando determinou a morte de Inês de Castro.

Não pairam dúvidas à nossa visão espírita da existência terrena, interligada intensamente com a vida além da sepultura, de que o filho de Isabel de Aragão estava sendo preparado pela mãe para as mudanças interiores que lhe impressionariam os refolhos da alma nos séculos vindouros.

Fala-se que chegara a perdoar a Inês, revogando-lhe a sentença de morte, sensibilizado pelos rogos da infeliz mãe, agarrada aos filhinhos, no paroxismo da dor. Os conselheiros o teriam demovido do gesto generoso. Não se sabe...

Seria real a versão ou a imaginação popular acrescentara uma pitada de amor ao coração de D. Afonso, atenuando-lhe no espírito a força das razões de Estado que o levaram ao ato devastador?

A dura realidade para D. Afonso é que um hóspede indesejável lhe visitava a alma, espreitando seus pensamentos mais entranhados e turbando suas elucubrações: o remorso.

De fato, por que seria Inês um perigo para o reino, se aceita como futura rainha, com o falecimento de D. Constança?

Não o foram sua mãe, Isabel, voltada às conversas com os santos e aos gestos de caridade, socorrendo a população sofrida, nem a esposa, D. Beatriz, de quem temos pouca notícia nos relatos históricos.

Inspirada pela rainha santa, que, no Plano Espiritual, agia intensamente para a concretização da paz, Beatriz buscou o filho, exortando-o a cessar a brutal revolta contra o pai, conseguindo dele a renúncia aos projetos de ódio.

Mais tarde, sim, décadas depois, vamos encontrar em Leonor Teles, a esposa de D. Fernando, filho e sucessor de D. Pedro, o exemplo de participação da mulher nos escaninhos das decisões políticas.

Urdu Leonor intensamente com respeito à sucessão do finado rei D. Fernando, denotando simpatia por maior influência do reino de Castela na corte portuguesa.

Teve, pasmem, a oposição do condestável de D. Pedro I, o irmão de Inês, Álvaro Pires de Castro, que apoiou a defesa do nacionalismo português contra os interesses de Castela, ao lado do Mestre de Avis, D. João, o filho bastardo de Pedro, que, após dois anos de

lutas contra Castela, em 1385, assumiu o trono português, dando início à dinastia joanina.

Confirmou-se assim o sonho premonitório de D. Pedro, segundo o qual um de seus dois filhos de nome João seria rei em detrimento do outro, o filho de Pedro com Inês.

Inês, mãe estremosa, companheira fiel, estava muito mais próxima do lar e das idéias de amor e caridade da avó de D. Pedro, distante das obscuras confabulações do poder temporal, o que não escapou à percuciência de D. Afonso IV, que levou para o túmulo essas impressões.

Antes, já no leito da morte, conhecendo bem o filho, buscou salvar a pele a seus conselheiros, envolvidos na decisão de janeiro de 1355, aconselhando-os a fugir de Portugal, a despeito da proteção que lhes dava o ato jurídico assinado em Canaveses.

Pedro assumiu o trono aos 37 anos. Joaquim Ferreira, em sua *História de Portugal*, observa que:

A experiência da vida e o conhecimento das coisas públicas davam-lhe aptidões particulares para o desempenho do governo.

Os exemplos do pai, somados à longa tradição de sabedoria provinda especialmente de D. Dinis, constituíam uma escola de virtudes cívicas — uma lição eloqüentíssima de firmeza na condução do estado e de lisura nos domínios da justiça.

Trazia no espírito as idéias de justiça e paz, nascidas dos longos colóquios da juventude com a avó Isabel. Acompanhava-o, contudo, acentuada turbulência interior, haurida aos tempos implacáveis da destruição de seu lar.

Cremos que essas duas vertentes marcaram-lhe o universo interior, sendo responsáveis por seus acertos e desacertos na condução do reino.

Assim, ao mesmo tempo em que procurou renovar a amizade com a vizinha Castela, com cujos soberanos, mormente Afonso Onzeno, o pai tivera freqüentes desavenças, encetou tortuosa caminhada para repatriar os conselheiros de Afonso IV e, enfim, vingar-se da morte de Inês.

Acertou com o sucessor de D. Afonso XI, também D. Pedro, chamado o Cruel, a troca de exilados, devolvendo ao rude rei de Castela desafetos que haviam fugido para Portugal.

Dos três conselheiros de D. Afonso exilados em Sevilha, conseguiu repatriar dois. O terceiro, alertado por um mendigo a quem dava esmolas, conseguira fugir ao cerco que visava à sua extradição para Portugal.

Diz o folclore português, com endosso de alguns estudiosos, haver Pedro mandado retirar sadicamente a Pero Coelho e ao meirinho-mor de D. Afonso, Álvaro Gonçalves, o coração ainda pulsante — a um pelas costas e ao outro, do próprio peito.

Há contestações a essas barbaridades, perpetradas na Idade Medieval e respaldadas pelo direito de vingança. Eram efetivamente possíveis.

Ocorre que os soberanos portugueses e, em especial Pedro, marcado pela forte influência de D. Dinis, executavam a justiça — por mais rude fosse a represália — por meio de responsáveis nomeados e conforme os procedimentos legais.

O outro conselheiro, Diogo Lopes Pacheco, que fugira a tempo de Castela, avisado pelo mendigo, mais tarde retornou a Portugal e foi perdoado nos estertores da vida de D. Pedro,

recebendo em devolução os bens confiscados, já das mãos de D. Fernando.

Do curto reinado de dez anos de D. Pedro, prefiro falar de modo mais coloquial, desdobrando as realizações significativas do conturbado rei.

Uma de suas lúcidas decisões foi a adoção, antes das cortes de Elvas em 1361, do Beneplácito Régio.

Do que tratava o Beneplácito Régio?

Até D. Pedro, a influência da Igreja em Portugal, na Reconquista, era excessiva, de molde a limitar o poder real com as bulas papais e a atuação dos bispos. A edição do Beneplácito Régio por D. Pedro proibia a publicação e execução das bulas papais sem a chancela real.

Nas cortes de Elvas, em 1361, o clero, revoltado, reclamou pela sua abolição, ao que D. Pedro respondeu que nunca permitiria a publicação das letras pontifícias sem que as tivesse examinado previamente e com elas concordado.

Impossível negar que o ato corajoso de D. Pedro constituiu-se em avanço significativo na emancipação do poder civil. Era o princípio da afirmação da soberania do Estado, até então

subordinado aos ditames da Igreja.

Na administração fazendária, o seu governo cuidou da moeda com probidade e determinação, tornando o reino rico, abastado e posto em grande abundância, no dizer de Fernão Lopes.

Ao morrer, deixou Portugal em situação confortável, guardando as sobras do orçamento — moedas e barras de ouro — em caixas-fortes do Estado, espalhadas pelo país, preparando o caminho para o reinado de D. Fernando I.

Sua marca, contudo, se faz mais evidente na aplicação da justiça que exercia com mão de ferro, já desde o último ano do reinado do pai.

Muito se fala de decisões esdrúxulas, violentas, mas indubitavelmente buscou o rigor na aplicação das leis, visando à tranquilidade do povo, de que foi indefesso protetor.

Curioso o rigor que o rei determinara no cumprimento dos prazos legais para agilizá-los. Entre outras medidas, os despachos tinham de ser dados no dia da entrega das petições, sob pena de demissão dos responsáveis.

Com poucas surtidas na relação com os

vizinhos, em sua época, Portugal viveu dez anos de paz.

Voltamos às palavras do historiador Joaquim Ferreira, ao concluir seu breve estudo sobre o reinado de D. Pedro I:

O mais remoto depoimento sobre D. Pedro veio-nos do seu cronista. E quanto nos informa deste reinado esmalta de tons vívidos e severos a índole do rei.

Os súditos choraram-lhe a morte com lágrimas de gratidão. Mereceu bem essa homenagem.

A sua administração foi equilibrada. Valorizou a moeda, multiplicou o bem-estar do povo.

José Mattoso, quando estuda a monarquia feudal em seu imponente trabalho sobre a história lusitana, lembra que “o governo de D. Pedro foi o único do século XIV em que Portugal não conheceu guerras”.

INÊS DE CASTRO NO REINADO DE D. PEDRO

Provavelmente você, leitor amigo, a respeito da síntese biográfica de D. Pedro I, observaria:

— Tão pouco? — referindo-se às realizações do rei.

Respondo, lembrando que o objetivo deste livro é destacar o amor de Inês e Pedro e seus desdobramentos. Os tratados de história enfocam com mais riqueza e profundidade os atos formais dos soberanos.

No curto reinado de dez anos, já se manifestam em Pedro as conseqüências da influência da rainha santa em sua vida — desde os tempos em que conviveram à época de D. Afonso IV.

E acrescentamos também a atuação espiritual da avó, com a participação de Inês de Castro, no próprio período de seu reinado.

Houve excessos? É claro. Mas o povo

conheceu a paz duradoura, as benesses de uma política voltada à gente humilde, que se beneficiou da justiça e da prosperidade.

É imperioso ressaltar que Pedro não se livrou das marcas mais profundas dos ferimentos que as agruras da vida lhe impuseram, com danos à saúde e ao equilíbrio psíquico.

Fez de seu governo o mais itinerante dos governos afonsinos, em constante peregrinação pelo reino — não se assentando mais que um mês em cada lugar — o que lhe revelava a profunda inquietação interior.

Morreu cedo, atormentado. Sua vida se destroçara com a perda de Inês, ainda quando costuravam os sonhos dourados dos tempos de Coimbra.

A presença da companheira é evidente em seu mandato real.

Pouco depois da execução em Santa-rém de Álvaro Gonçalves e Pero Coelho, já se fazia ouvir pelo reino que D. Pedro havia se casado oficialmente com Inês de Castro.

Servimo-nos aqui do que escreve a respeito Mário Domingues, cujo relato adaptamos e sintetizamos:

A notícia, talvez veiculada intencionalmente a partir do palácio real, carregava em seu bojo mais detalhes.

Vamos aos fatos.

D. Pedro mantivera a união em segredo, por temor ao pai, rei bravo e destemido, que infligira mesmo a morte a um de seus irmãos bastardos, Afonso Sanches.

Vejamos, a seguir, a descrição formal do casamento, cuja realidade trouxe descrédito a muitos historiadores, pois, além de outros questionamentos, fica a dúvida se Afonso IV, enérgico, porém de caráter reto, sabendo da oficialização das ligações entre Pedro e Inês, determinaria o assassinio da jovem.

Em junho de 1360, transcorridos quatro anos de seu reinado, D. Pedro assumiu em Cantanhede publicamente D. Inês como esposa.

Com ele estavam D. João Afonso Telo de Menezes, Vasco Martins de Souza, chanceler-mor, e ainda o mestre Afonso das leis, pessoas de sua máxima confiança.

O ato foi oficializado em Coimbra, com a presença de duas testemunhas, que declararam saber do casamento de D. Pedro com D. Inês de Castro: D. Gil, que era então

bispo da Guarda, e Estevão Lobato, criado do rei.

Confirmou o bispo, na condição de deão da Guarda, que cerca de sete anos atrás, o infante e D. Inês pousavam na Vila de Bragança e que esse senhor o mandara chamar um dia à sua câmara, na presença de Inês, dizendo-lhe que a queria receber por mulher.

E apondo ambos suas mãos sobre as do bispo, foram por este declarados oficialmente casados, assim permanecendo até a morte de D. Inês.

Estevão Lobato, que fora guarda-roupa de D. Afonso e passara posteriormente a exercer as mesmas funções junto a D. Pedro, fez declarações idênticas às do bispo de Guarda, acrescentando que D. Pedro e D. Inês tinham casado num dia de Ano Bom, 1º de janeiro de 1354, e foram residir em Coimbra.

Era, portanto, Inês de Castro rainha, ainda que reconhecida depois de sua morte.

Levar Inês para Alcobaça era outro sonho dourado de Pedro. Ali mandara construir os túmulos para ambos e moldar a estátua jacente de Inês, ostentando a coroa de rainha.

Para Pedro, precocemente envelhecido, enfermo, com crises freqüentes de dores terríveis que o prostravam, levar Inês para Alcobaça era o sonho de perpetuar o amor que vivera, prestando à companheira querida a definitiva homenagem.

O traslado, segundo Montalvão Machado, se deu a 2 de abril de 1362. Entretanto, Cândido Franco considera que tenha ocorrido em 24 de abril do ano anterior, versão esta que utilizamos na descrição da impressionante cerimônia.

São comuns as divergências de datas com respeito aos fatos medievais, pela natural dificuldade de pesquisa. O mesmo se observa, por exemplo, quanto ao ano do nascimento dos filhos de Inês de Castro.

Domingues e Cândido Franco dão-nos em seus relatos a noção clara do que foi a empreitada de D. Pedro para transferir os restos mortais de Inês à distante catedral. De modo sucinto, com considerações pessoais, exponho a memorável cerimônia medieval:

A cena é imponente, mesmo despojada dos véus fantásticos da lenda, que dela se

apoderou. Nessa solenidade, houve a preocupação de prestar a Inês honras de soberana.

No convento de Santa Clara, onde jazia, a urna coberta de rosas brancas é colocada num carro puxado a mulas e ataviado com panos brancos, a cor lutuosa da época.

O féretro deixa Coimbra na noite de 24 de abril em direção a Alcobaça — no mais impressionante cortejo visto em Portugal — atravessando a estrada de Beira por entre clarões de tochas acesas.

Ao longo do caminho, camponeses perfilam-se de ambos os lados da estrada, cujas margens são enfeitadas de círios e archotes.

Os presos são libertados por ordem expressa do rei e vêm beijar a rainha Inês. A multidão se ajoelha no pó da estrada.

Seguem o singular cortejo o povo de Coimbra, habitantes das regiões percorridas que se lhe associam, representantes do clero, como o bispo da Guarda, bispos e cônegos, e a fidalguia, em que se destacam D. João Afonso Telo de Menezes e muitos cavaleiros.

De madrugada, quando o cortejo passa por Leiria, paira na atmosfera um canto estridente, agudo e como que atirado das ameias

para o céu. Sente-se no rosto a gravidade da procissão noturna, iluminada por tochas artesanais de estopa.

A manhã surge entre clarões de fogo, e o corpo de Inês acamado num leito de pétalas de rosas destaca-se com imponência de rainha. Dos campos rescende forte odor de vida, e a natureza renasce dum estado latente de adormecimento e desperta com renovadas forças.

Dir-se-ia que Inês dorme, revigorada por um encantamento íntimo e parco. Sorri.

As vergônteas da Primavera crescem nos campos, e os botões das vinhas abrem a palma minúscula duma folha tenra e aveludada. Os pássaros acomodam-se no meio dos pequenos abrigos naturais.

Uma coroa de ouro adorna a cabeça de Inês, cuidadosamente colocada junto ao corpo. Descem-lhe ao rosto pequenas farripas amarelcidas de cabelo.

A aragem, juntamente com a luminosidade erma do dia, levanta sobre ela uma suspeita mortal, uma agonia funda. Cobrem-na com um lençol.

Os camponeses vinham das areias do litoral ver passar o rei e já nos coutos de Alco-

baça, com os olhos infantis, toldados de surpresa, contemplavam o corpo de Inês, descobrindo, cheios de gravidade, a cabeça. Inclonavam a fronte para o chão e se ajoelhavam.

Pensavam, na sua simplicidade, que estavam frente a uma procissão religiosa. O amor entenece naturalmente os homens.

Presente também estava a gente humilde dos campos, sem trabalho nem profissão, espécie comum de vadios, que, em sua inocência, vinham de longe, seduzidos pela curiosidade. Ansiavam ver o rei indisciplinado e singular e aquela mulher excepcional, que parecia ter tido como dote apenas a força magnífica da beleza.

O féretro chegou a Alcobaça — anunciado por arautos em seus cavalos — por volta do meio-dia de 25 de abril de 1361, com menos de um dia de viagem.

O sol a pino irradiava sua luz alta e real por entre as copas verdejantes das árvores. Na praça apinhada e recamada de pétalas de flores, charamelas anunciavam o cortejo do rei.

D. Pedro desceu de seu cavalo branco e seguiu a urna, que se desentranhara das flo-

res, até a nave do templo, cuja penumbra fresca lhe deu uma sensação de inefável bem-estar.

Imaginava não estar pisando as duras lajes do solo, mas sim qualquer coisa de macio, de imaterial, como se caminhasse sobre nuvens, em regiões altas e ignotas.

Conta-se que não suportou o resto das exéquias, nem a coroação póstuma, nem o beija-mão, nem o desfile da nobreza, do clero e do povo perante o maravilhoso túmulo, em que mandara esculpir, em imagens simbólicas, edificantes cenas bíblicas.

A comoção e o cansaço prostraram-no. Quase inanimado, levaram-no a local mais distante do murmurinho da cerimônia.

Lá fora, o sino continuava a dobrar pesadamente a finados, estendendo suas vibrações graves e soturnas por muitas e muitas léguas em redor.

D. Pedro experimentou grande alívio de consciência com as solenidades de Alcobaça.

Alguma serenidade o acompanhava, talvez também porque conseguira fazer de Inês rainha, como lhe prometera nos tempos em que

nuvens carregadas ameaçavam-lhes a sonhada paz que não chegaram a alcançar.

A candente promessa é relatada por Inês do Plano Espiritual, em longo diálogo, que colocamos no capítulo 'As Pazes de Canaveses'.

Ainda reinou cerca de cinco anos depois da trasladação dos restos mortais de Inês para Alcobaça. A partir de então, sua inquietação interior se apaziguou.

Vergava-o uma velhice precoce. Aos quarenta e seis anos, aparentava sessenta. Acentuava-se rapidamente a sua decadência física.

Sofria de ataques freqüentes, talvez epiléticos. Do que não há que duvidar é que os seus nervos sofreram abalos tão violentos que por certo o deixaram combalido para sempre.

Primeiro o golpe vibrado pelo pai, ao expulsar Inês para Castela; a seguir, a ansiedade dos meses de separação; e por fim a atroz cena da cabeça decepada no período mais feliz de sua vida.

E provavelmente também a atuação obsessiva, do Plano Espiritual, de Pero Coelho e Álvaro Gonçalves, mortos brutalmente por

determinação de Pedro, na ilusória idéia de reparação do mal que haviam feito a Inês.

Com bastos motivos para ser um louco, revelou-se um dos reis mais ajuizados da dinastia Afonsina.

Apesar de tão causticado pela dor e pelas injúrias do destino, contra o qual reagiu galhardamente, ainda achou em si força interior suficiente para perdoar a Diogo Lopes Pacheco.

Os últimos anos de sua vida foram muito atormentados. Todavia, não cessava de percorrer o país.

Seus derradeiros dias, viveu-os em Estremoz, talvez com a presença do prior dos hospitalários D. Álvaro Pereira, já nosso conhecido.

O amigo teve importante participação na vida de D. Pedro desde os tempos de juventude do infante. Alguns anos mais velho, visitava-o regularmente, ensinou-lhe as artes da cavalaria, foi seu interlocutor junto ao pai em várias situações e interveio com prudência para obter a cessação da guerra civil que se seguiu à morte de Inês.

Deve-se também creditar ao prior sua memorável participação nas guerras que cul-

minaram com a expulsão dos árabes da península.

Chovera torrencialmente na véspera, contudo, na noite de sua agonia, um domingo, no céu claro e estrelado, pontificavam as constelações típicas do inverno português.

Talvez aquele céu límpido e luminoso fosse uma homenagem ao rei doente e alquebrado, que, nas noites claras de Estremoz, quedava-se a contemplar as estrelas cintilantes do firmamento.

Em seu leito de dor, pressentiu a morte e tomou as suas derradeiras disposições:

- a quinta de Canidelos, na foz do Douro, que oferecera a Inês, para os filhos dela;
- sepultarem-no em Alcobaça junto de Inês; e
- fartos legados em libras para os filhos, que tivera o cuidado de não casar à força...

Talvez, nas horas últimas, o preocupasse aquele sonho em que vira um de seus filhos de nome João ascender ao trono. Nunca soube qual deles seria.

Faleceu às primeiras claridades do sol nascente, na madrugada de 18 de janeiro de 1367, antes de completar quarenta e sete anos.

E diziam as gentes — confessa o cronista — que tais dez anos nunca houve em Portugal, como estes em que reinara el-rei D. Pedro.

Foi essa gente anônima que o cognominou de justiceiro.

E assim morre o rei. Vira-se uma página da História e outras começam a ser escritas.

Valeu a pena? É difícil a análise de uma vida e de um reinado.

Alexandre Herculano o considera um louco com períodos de lucidez.

Nos desacertos e nos excessos que cometeu no exercício da férrea justiça real, observamos o travo de amargura que a morte de Inês lhe fizera carregar ao longo das duas décadas que viveu após a tragédia de Coimbra.

Na lucidez, observamos o rei correto, preso aos compromissos e preocupado com Portugal e sua gente.

Amou os filhos que teve.

Nas cortes de Elvas, impôs o reconhecimento de infante aos filhos de Inês, oficializando-lhes o ingresso à Casa Real.

Ao outro filho, João, entregou a importante Casa de Avis, preparando-lhe o caminho para que viesse a reinar, em 1385, sucedendo Fernando, com equilíbrio e descortino.

Creio que o longo olhar que o rei trocou, então, com o filho bastardo de cinco anos, ao despedir-se dele que partia para Avis, onde se submeteria aos rigores da Ordem, já lhe intuía intimamente que por ali caminhava a sucessão do reino no seu devido tempo.

Colocou a formação cívica e a educação dos filhos nas mãos privilegiadas de Nuno Freire, membro da Ordem do Cristo.

Seu pai, Afonso IV, no Plano Espiritual, ao receber-lhe o espírito, com Inês e a rainha santa, deve ter pensado:

— Que engano cometi ao punir Inês e Pedro, não obstante meu empenho na defesa do reino. Era um simples caso de amor, distante das querelas do poder.

Não percebeu que o problema maior que temia, a influência de Castela no reino, surgiria mais tarde, no fim do reinado de Fer-

nando, seu neto, fruto da união legítima de D. Pedro com D. Constança...

Pedro, inspirado por Isabel de Aragão, procurou dar paz ao povo que tanto amou. A paz que não teve em sua infeliz vida, solitária e tumultuada pelos sonhos terríveis de dor e saudade, companheiras inseparáveis.

E DOM AFONSO IV?

Neste ponto em que nos encontramos da triste saga medieval que me chegou às mãos, impõe-se a pergunta: E Dom Afonso IV?

Não é justo que o monarca lusitano, chamado o Bravo pelas suas enérgicas decisões e pela imponente coragem com que se destacava nos campos de batalha, seja lembrado apenas como o algoz impiedoso de Inês de Castro.

Anteriormente já vimos o quanto lhe marcou o espírito a eliminação da companheira de seu filho. Foi para ele um profundo golpe de que não se libertaria até o fim do reinado.

No encontro com o filho, nas formalidades das Pazes de Canaveses, vemo-lo alquebrado, envelhecido, evidenciando quanto o fizera sofrer a infausta decisão.

Não era, efetivamente, o mesmo. Seus pensamentos mergulhavam longe no tempo, recordando que jamais desejara a situação criada para o seu reino.

Era homem sujeito às disciplinas da época, aos rigores medievais, que obrigavam os soberanos — ainda distantes das futuras monarquias, em que reis e nobreza se locupletavam no luxo e na ociosidade, como observamos nos séculos vindouros — a viver sem conforto, sofrendo com as intempéries numerosas que lhes reduziam drasticamente a expectativa de vida e a saúde.

Foi um desbravador, marca dos valorosos reis das monarquias merovíngias, com o exemplo de Clóvis, nas carolíngias, com a determinada atuação de Carlos Martel e também nos períodos posteriores com os soberanos franceses capetos e seus coevos da Península Ibérica, de modo especial os descendentes do conde D. Henrique.

Não foram santos esses monarcas. Violentos, rancorosos, sedentos de poder, lutavam muito.

É importante destacar, entretanto, que à sua dedicação e trabalho incansável muito deve a organização político-geográfica de países ocidentais, como França, Espanha e Portugal, que apresentam, nos dias atuais, o traçado

territorial semelhante ao que já se entrevia nos tempos medievais.

Concorreram também esses enérgicos soberanos para a sedimentação dos costumes, da cultura e das tradições, respeitadas pela população dos reinos que dirigiam.

Há quem credite a Afonso IV o descobrimento das Ilhas Canárias com a expedição marítima de 1336, não podendo o rei ali assentar-se pelas lutas que travava com Castela.

Escreveu a 12 de fevereiro de 1345 carta ao papa, reivindicando a posse, não concretizada, dessas ilhas espanholas.

A expedição às Canárias, em 1336, seria vista como um marco das surtidas portuguesas além-mar.

Foi, assim como D. Dinis com os pinhais da Leiria, autêntico precursor das glórias marítimas de Portugal, levadas ao extremo, no século seguinte, pelo infante D. Henrique, o grande desbravador.

Como homem de seu tempo, D. Afonso IV, impelido pelas convicções rígidas que considerava indispensáveis a um rei responsável, fez o que lhe pareceu melhor.

Mas, a sua formação moral e ética, os sentimentos, os exemplos de sua santa mãe, a dor, tudo enfim corroeu a estrutura férrea de sua personalidade de rei guerreiro, e finalmente, nas vascas da morte, cedeu.

Amparado por sua mãe, propôs-se a apagar o passado triste que construíra.

E, nos séculos vindouros, os três, Afonso IV, Pedro e Inês, estiveram juntos sob a proteção da rainha santa, circulando pelas cortes da Europa ou vivendo longe da nobreza, inspirados pelos anseios de renovação.

Sobre D. Afonso IV e em sua homenagem, reproduzimos, nas linhas seguintes, sugestivo encontro de Inês de Castro com Isabel de Aragão, na Vida Espiritual, em que a rainha santa pondera sobre encarnação anterior do filho, ainda em Portugal, e sobre a última, ocorrida no século passado, no Brasil.

O texto é da própria Inês:

Vi-me no sítio no qual a Rainha Isabel me recebeu com o mesmo carinho de vez anterior, quando falávamos sobre a reencarnação de D. Pedro e Dom Afonso IV.

Depois dos votos de paz e das saudações endereçadas a mim e aos que me acompanhavam, na condição de zeladores, ela falou, bondosamente:

— Creio que nos referíamos a Afonso em nosso encontro dos dias últimos. Na Terra, se envergamos o envoltório físico, muitas vezes nos supomos sozinhos e abandonados, quando isso jamais acontece.

O espírito, inteligência imortal, não perde os vínculos com o Plano Físico e nem os laços com os entes queridos, com facilidade. Uma tarefa começada, ou razoavelmente adiada, não se interrompe de todo com a morte física.

Essa tarefa é revisionada ou re-examinada no Mais Além, às vezes durante muito tempo, e, quando surge a oportunidade, é retomada pelo espírito que a iniciou ou que a deixou inacabada.

Afonso não descansou ao rever-se ao meu lado e abraçou comigo, na Vida Espiritual, a obra de assistência e socorro aos filhos da raça lusitana.

Ainda assim, como era natural, não se desfez, de imediato, dos impulsos à violência

que o caracterizavam. Enquanto aqui, em nossa companhia, entesourou valores morais de alta expressão, como sejam a beneficência com o trabalho e a coragem com a fé em Deus.

Mas, quando retornou, reencarnado aos trabalhos da Corte Portuguesa, sobrelevaram-se nele as tendências antigas.

Regressou com muita autoridade nas mãos, com o objetivo de espalhar a bênção da paz no reino humano; entretanto, Portugal tomava os primeiros contatos com as raças africanas.

A História não registra os fatos como realmente ocorreram. As relações terrenas se baseiam no que parece, mas os apontamentos espirituais repousam naquilo que é.

A pretexto de proteger as necessidades que sobrecaíam nos ombros congolezes, Afonso, noutra situação, explorava os irmãos africanos indefesos, mormente no tocante às questões de família, escravizando ou doando por escravas a outros fidalgos as mulheres mais jovens, cujos filhos eram expostos à dificuldade e à provação com que não contavam, fosse no reino ou nas colônias, cuja vida começava a florescer sob o bafejo de

Portugal.

Voltou ao Mais Além, no meu regaço, mas profundamente onerado nas dívidas contraídas...

A história de Afonso, nos últimos seis séculos, é uma história de imensas dores e de profundas alegrias, de muitas esperanças e de fracassos espirituais não menores.

A Rainha fez uma grande pausa e chorou como eu mesma ou como qualquer mulher. Vendo que eu não conseguia sopitar o pranto que me caía dos olhos, considerou:

— O amor chorará sempre, mesmo quando iluminado pela fé, porque aqueles que amam querem, antes de tudo, a felicidade dos entes queridos.

Tenho amado meu filho Afonso na grandeza e na falência, nas vitórias e nas derrotas, nos acertos e nos erros, na humildade e na rebeldia...

— Senhora — tentei falar alguma coisa para concordar, embora as palavras me esmorecessem na garganta. Ainda assim, tartamudeei:

— Senhora, amamos os outros como eles são, sem pedir se façam como talvez

desejemos que eles sejam...

Ela apertou minhas pobres mãos entre as dela, notando que a emoção não me permitia continuar e prosseguiu:

— Antes do retorno à vida física, na presente reencarnação, meu filho muito me comoveu.

Ele pediu, em preces reiteradas a Jesus para que lhe fosse concedida uma existência em que a fortuna material não o favorecesse, e nem a cultura intelectual o laureasse com essa ou aquela titulação, mas rogou que não o deixasse sem apoio dos espíritos afins, para que ele não sofresse demasiado pela carência de amor, já que chegado à maturidade física, desejava consagrar-se à divulgação dos princípios libertadores do Cristianismo Redivivo.

Compreendi que ele aspirava a desfazer-se da impulsividade menos construtiva, que algumas vezes o impulsionou a compromissos de certa gravidade...

Atualmente em plena luta terrestre, Afonso suporta duros combates na vida interior. Estimaria pedir para ele apoio e compreensão...

Sabe você que nossos planos de vida se intercambiam... Os amigos de lá, da Terra materializada, solicitam certas medidas aqui, relativamente a providências que supõem necessárias, e nós de cá pedimos auxílio em apoio dos que mais amamos e que lá se encontram...

— Senhora, quanto a mim, posso tão pouco... disse eu apreensiva.

— Trabalharemos em conjunto, explicou a excelsa benfeitora. Quanto possas fazer e quanto possas transmitir a Pedro estas notícias para que ele indiretamente nos auxilie, sei que o farás...

Mas uma onda de forças me turvou a mente. Não sei se a complexidade dos assuntos me alarmava, se minha fraqueza vergava ao peso das emoções daquela hora...

Sei que me perdi num fenômeno de repentina amnésia, mas logo voltei às sublimes realidades que me competiam sustentar...

João

DOM DINIS

Dom Dinis foi o sexto monarca da dinastia dos Afonsos, reinando de 1279, com a morte de seu pai, Afonso III, até 1325, quando morreu em Santarém, sucedendo-lhe o filho Afonso IV.

Assumiu o trono aos 18 anos, denotando, já de início, rara visão administrativa, enriquecida pela precoce co-participação junto ao pai, nos negócios da nação.

Sua formação intelectual foi sólida, mercê da acurada colaboração de mestres franceses e patrícios, que o introduziram no conhecimento medieval e nas letras. Era chamado Rei-Poeta.

Em 1282, casa-se com Isabel de Aragão, a Rainha que viria a ser consagrada santa.

Atenua as desavenças, aliás crônicas, com a vizinha Castela, aproximando mais tarde as duas casas reais com a união de seus filhos Constança e Afonso IV respectivamente com

Fernando IV e sua irmã, Beatriz, de Castela.

A partir de 1309, também com o clero conflitante estabelece relações mais tranqüilas.

Homem sensível às artes, fundou a Universidade de Lisboa em 1290, transferindo-a para Coimbra em 1306.

Contemporizador, não agiu em Portugal, como o fez na França Felipe, o Belo, que se apossou do espólio dos Templários, ordem extinta em 1312 por sua própria intervenção junto ao papa Clemente V.

A Ordem dos Cavaleiros dos Templários e as outras ordens de caráter religioso-militar prestaram importantes serviços aos reis e à Igreja, embora à época de D. Dinis já estivessem em declínio.

Em Portugal, D. Dinis destinou os bens dos templários à adrede criada Ordem do Cristo, cujos objetivos militares se foram atenuando no tempo.

Podemos assim resumir os feitos de D. Dinis na administração pública:

- a inteligência na defesa do Estado, a preocupação com a economia, os incentivos agrícolas, o estímulo ao

comércio, marinha e, de modo especial, à cultura.

Suas deslocações pelo país, por meio das chamadas cortes itinerantes, permitiam-lhe tomar decisões mais eficazes em benefício das populações que visitava.

Fixou no campo grande número de famílias, prestigiou os fidalgos ocupados na lavoura e entregou terras recuperáveis ao cultivo das populações mais simples.

Semeou o pinhal de Leiria — imensas colinas e planuras vizinhas ao mar, recobertas de pinheiros — com o objetivo de impedir o avanço das dunas sobre o interior e preparar o insumo para as construções navais dos futuros desbravamentos marítimos.

Desenvolveu o comércio interno e o externo, estimulando o tráfego marítimo com os portos mais próximos do Atlântico. E, para ensinar navegação aos portugueses, contratou o genovês Pezagno — o almirante Peçanha.

Peçanha foi fundamental na formação de marinheiros que haveriam de sensibilizar a Europa com as descobertas do infante D. Henrique e sua Escola de Sagres.

Foi D. Dinis um predecessor das façanhas náuticas glorificadas por Camões.

Reconstruiu castelos destruídos e muralhas carcomidas pelo tempo e drenou pântanos nas vizinhanças de Leiria, distribuindo as terras recuperadas a famílias de colonos pobres.

Na literatura, foi considerado um dos maiores líricos coevos da Península e o mais inspirado de Portugal no período trovadoresco.

Ordenou que os textos tabeliônicos se escrevessem na linguagem comum do país, eliminando a prática tradicional de serem escritos em latim. Inspirou a tradução de obras literárias importantes para o português.

D. Dinis faleceu em Santarém, a 7 de janeiro de 1325, com 64 anos incompletos, reinando por quase meio século.

Informações espirituais indicam que D. Dinis tenha reencarnado:

- como João Ramalho, que viveu no Brasil, aos tempos do início de nossa colonização;
- na roupagem física do inesquecível Antônio Gonçalves da Silva Batuíra, tão caro à comunidade espírita do Brasil e

Portugal, vivendo em nosso país de fins do século XIX ao início do século passado.

ISABEL DE ARAGÃO

Isabel, a rainha santa, é personagem muito importante. Vemo-la e a sentimos em todo o desdobramento dos fatos históricos e suas conseqüências.

Recolhe Inês de Castro na Vida Maior, após a tragédia de sete de janeiro de 1355, descrita nas primeiras páginas deste livro. Ampara-a no Plano Espiritual, do mesmo modo que socorre o neto no Plano Físico.

Inspira o filho D. Afonso IV e sua esposa, D. Beatriz de Castela, para que compreendam a necessidade do entendimento com D. Pedro, acordo sedimentado nas Pazes de Canaveses.

Diz a história, e o episódio é relatado neste livro pela própria Inês de Castro, que a rainha santa adotou Afonso Sanches, o filho bastardo de seu marido, Dom Dinis, qual filho do coração, rogando-lhe que perdoasse ao

irmão, Afonso IV, que, no entanto, por razões políticas, mais tarde o mandaria executar.

Foi companheira de D. Dinis durante o longo reinado de 45 anos e sobreviveu a ele, por onze anos.

Um dos episódios mais conhecidos, ocorridos com a rainha santa no reinado de D. Dinis, refere-se ao conhecido quadro, cujas cópias se popularizaram em Portugal e no Brasil:

A pintura da transformação dos pães, que distribuía às gentes humildes, em rosas, quando D. Dinis, voltando a palácio, a surpreende em contato com a população sofrida.

Colhi, a respeito, a uma culta senhora portuguesa afeita às tradições de sua terra, o relato tal como ela o ouvira em sua infância, nos arredores de Coimbra.

Conta-se em Portugal que a rainha Isabel ajudava aos pobres nos fundos do palácio e trazia os pães amontoados no avental, quando chegou o rei, retornando de uma caçada, acompanhado de seus cavaleiros.

D. Dinis, não afeito aos gestos caridosos da esposa, chegando de chofre ao local, indaga-lhe:

- O que trazes aí, Senhora?

- São rosas, Senhor!

- Rosas em janeiro? Isso é um milagre. Deixa-me ver.

Isabel abre o avental e rosas se espalham pelo chão...

E o povo todo se ajoelhou diante da nobre senhora.

Guardo uma edição do quadro que retrata o diálogo acima em minha sala de trabalho, com muito apreço, pois me foi dada por Chico Xavier, que sempre frisou seu respeito e admiração por Isabel de Aragão.

Isabel Saraiva, de Portugal, amiga de quem me socorri na elaboração do livro, lembra outro milagre das rosas, anotado nos anais da história, envolvendo a rainha santa:

Precisava ela pagar aos operários que estavam a construir a igreja de Leiria, onde viveu muitos dos seus anos e, por não ter dinheiro, ofereceu uma rosa a cada operário, e essa rosa se transformou em moedas correspondentes ao salário.

Como rainha, seguiu os caminhos do coração e da caridade. Enquanto D. Dinis administrava sabiamente o reino, Isabel se dedi-

cava aos pobres, ao socorro de mães e crianças, semeando no coração do povo o amor que desde aqueles tempos lhe devotam os portugueses.

Nasceu Isabel em Saragoça, reino de Aragão, em 1271 e faleceu em Portugal, já durante o reinado do filho, em 1336, na cidade de Estremoz, a mesma em que morreria mais tarde o neto D. Pedro.

Filha do rei Pedro III de Aragão e de D. Constança, rainha da Sicília, de seus cinco irmãos dois foram reis aragonezes e um, soberano da Sicília.

Casou-se com D. Dinis em 1282 e, com o falecimento do marido, aproximou-se ainda mais do convento de Santa Clara, a Velha, em Coimbra.

Foi beatificada em 1516 e declarada santa em 1625.

De seus milagres e de sua santificação falam com exuberância os conceituados hagiólogos.

Ao longo dos séculos que se sucedem aos episódios narrados neste livro, a par de suas elevadas funções, do plano espiritual acompanha a trajetória do filho, do neto e de Inês de Castro, que se tornou sua dedicada companheira

na implantação da mensagem de Nosso Senhor Jesus Cristo na Terra.

CHICO XAVIER E ISABEL DE ARAGÃO

Nos idos de 1977, Chico Xavier contou-me pessoalmente do surpreendente encontro que tivera em 1927 com Isabel de Aragão, encontro que passo a relatar.

Na noite de 10 de julho, dois dias depois de sua primeira mensagem psicografada a 8 de julho de 1927, quando fazia as orações da noite, viu Chico iluminar-se o seu quarto. As paredes refletiam a luz de um lilás prateado.

Ajoelhado, conforme seus hábitos católicos, abriu os olhos e viu, perto de si, uma senhora de admirável presença, que irradiava a luz que se espalhava pelo aposento.

Tentou levantar-se para demonstrar-lhe respeito e cortesia, mas não conseguiu permanecer de pé e dobrou, involuntariamente, os joelhos diante dela.

A dama iluminada fitou uma imagem de Nossa Senhora do Pilar que Chico mantinha em seu quarto, e falou em castelhano, língua

que o saudoso médium desconhecia, não obstante tê-la compreendido com naturalidade.

— Francisco, disse Isabel pausadamente, em nome de Nosso Senhor Jesus Cristo, venho solicitar o seu auxílio em favor dos pobres, nossos irmãos.

A emoção possuía minha alma toda, entretanto pude perguntar-lhe, embora as lágrimas cobrissem o meu rosto:

— Senhora, quem sois vós?

— Você não se lembra agora de mim, no entanto, sou Isabel de Aragão.

Eu não conhecia senhora alguma que tivesse esse nome e estranhei o que ela dizia.

Entretanto, uma força interior me continha, e calei qualquer comentário em torno de minha ignorância. Mas o diálogo estava iniciado, e indaguei:

— Senhora, sou pobre e nada tenho a dar. Que auxílio poderei prestar aos mais pobres do que eu mesmo?

Ela disse:

— Você auxiliará a repartir pães com os necessitados.

Clamei com pesar:

— Senhora, quase sempre não tenho pão para mim. Como poderei repartir pães com os outros?...

A dama sorriu e esclareceu-me:

— Chegará o tempo em que você disporá de recursos.

Você vai escrever para as nossas gentes peninsulares e, trabalhando por Jesus, não poderá receber vantagem material alguma pelas páginas que produzir.

Por isso vamos providenciar para que os Mensageiros do Bem lhe tragam recursos para iniciar a tarefa.

Confiemos na bondade do Senhor.

Em seguida a dama afastou-se, deixando meu quarto em plena escuridão.

Chorei de emoção, para mim inexplicável, até o amanhecer do dia seguinte.

Cerca de quinze dias depois, estava eu nas preces da noite, quando me apareceu um senhor vestido em roupa branca: por intuição, notei ser um sacerdote.

Saudei-o com muito respeito, e ele me respondeu com bondade, explicando-se:

— Chico, fui no século XIV um dos confessores da Rainha Santa, D. Isabel de Aragão, que se fez esposa do rei de Portugal, D. Dinis.

Ela desenvolveu elevadas iniciativas de beneficência e instrução nos dois reinos que formam a conhecida Península na Europa e voltou ao mundo espiritual em 4 de julho de 1336.

Desde então protege todas as obras de caridade e educação na Espanha e Portugal. Foi ela quem o visitou há alguns dias, nas preces da noite e prometeu-lhe assistência.

Isabel me recomenda dizer que não lhe faltarão recursos para a distribuição de pães aos necessitados. Meu nome em 1336 era Fernão Mendes.

Confiemos em Jesus e trabalhemos na sementeira do bem.

Chico lembrou que ficara calado porque tinha um nó na garganta...

E acrescentou:

No primeiro sábado que se seguiu às ocorrências que descrevo, fui com minha irmã Luíza, até uma ponte muito pobre, ainda hoje existente e reformada, na cidade de Pedro Leopoldo, Minas, conduzindo um pequeno cesto de oito pães.

Desde então, até deixar-nos em 30 de junho de 2002, Chico manteve a distribuição semanal de pães a crianças, famílias e idosos carentes de Pedro Leopoldo e Uberaba, cidades onde desenvolveu seu apostolado.

NOVAS REENCARNAÇÕES

Cessada a tumultuada existência nos tempos medievais, D. Afonso IV, D. Pedro I e Inês de Castro retornaram à Terra, no continente europeu, ajustando as vivências do passado de que foram vítimas a desafortunada jovem, D. Pedro e as crianças.

Nesses ajustes reencarnatórios, vemo-los à frente dos reinos de Portugal e da Espanha.

Mas, não reencarnaram apenas nos ambientes de poder. Outras existências houve em que assumiram compromissos distantes do mundo ilusório da vida palaciana.

Não foram muitas as novas roupagens físicas que ostentaram num período de quinhentos anos, até o século XIX.

Destacamos resumidamente a presença de Inês e Pedro na Espanha, entre o último

quartel do século XV e meados do século XVI.

Ela conhecida por Joana, a Louca, termo infeliz que não corresponde à realidade. Ele, como Felipe I, da Casa dos Habsburgos.

Joana era filha herdeira dos conhecidos reis católicos Fernando de Aragão e Isabel de Castela, que uniram suas coroas, lançando as bases da unificação dos reinos ibéricos da Idade Média, à exceção de Portugal. Dessa unificação nasceria o reino de Espanha.

Também os reis católicos eliminaram os últimos traços da presença sarracena na Península Ibérica, circunscrita em Granada, ao sul, apesar de já não comprometerem a unidade peninsular desde a Batalha do Salado em 1340.

Fernando e Isabel tiveram cinco filhos. Entre eles, destacamos Joana e sua irmã, Catarina de Aragão, casada com Henrique VIII da Inglaterra.

A vida de Joana foi tumultuada mas rica de espiritualidade, com o amor acendrado pelo marido, a mediunidade, o sofrimento e a prisão.

Faleceu em 1555, e sua amarga existência bem merece um livro de necessárias elucidações a respeito dos julgamentos super-

ficiais que parte da crônica de então faz a seu respeito.

Herdeira do trono por morte prematura do irmão, casou-se Joana, em 1494, com Filipe I, o Belo, filho de Maximiliano, monarca da dinastia dos Habsburgos da Áustria.

A perda do marido, que faleceu com apenas 28 anos, em 1506, a teria enlouquecido. Permaneceu reclusa até a desencarnação em 1555, duzentos anos depois de sua morte, na roupagem física de Inês de Castro.

A chamada loucura, que a mantinha presa, isolada, era confundida com sua extraordinária mediunidade, em que se destacava a vidência, que se acentuou com a morte do marido, ocorrida 140 anos após sua desencarnação em Portugal, como D. Pedro I.

Como veremos a seguir, o período de quarenta anos em que Joana (ou Inês de Castro) ficou detida serviu de preparação para suas atividades mediúnicas à época de Kardec.

Mais tarde, na França do século XIX, estiveram Inês e Pedro — ela mais, ele menos — envolvidos com as tarefas relativas à nascente Doutrina Espírita, codificada por Allan

Kardec. Inês estava então reencarnada como Caroline Baudin, filha de Émile-Charles e Clémantine Baudin.

A jovem Caroline fazia parte, com a irmã Julie, da luminosa constelação de médiuns que colaboraram com Kardec na elaboração de *O Livro dos Espíritos*, recebendo mensagens do plano espiritual.

Kardec as estimava muito, dedicando especial carinho e afeição a Caroline, dois anos mais velha que Julie. Caroline, aos 18 anos, quando do lançamento da primeira obra da codificação em 18 de abril de 1857, já denotava rara evolução e maturidade precoce em sua alegre e angelical postura.

Concluída a tarefa que lhe reservara o Plano Espiritual, Caroline casou-se em outubro do mesmo ano com um oficial do exército, Pedro reencarnado, que deixaria a carreira para residir com Caroline e os familiares, em Reunião — departamento francês no Oceano Índico, constituído por ilhas e arquipélagos — onde o Sr. Émile-Charles Baudin possuía propriedades de cultivo agrícola.

Logo adiante, descreveremos os importantes diálogos na Espiritualidade, envol-

vendo Isabel de Aragão, D. Afonso IV e D. Pedro, em presença de Inês, com o objetivo de preparar-se a próxima encarnação de pai e filho no século passado.

PREPARANDO REENCARNAÇÕES

Como já falei, Santa Isabel de Aragão e Inês — almas que souberam servir-se do burel da dor e da renúncia para ascender a invejável condição espiritual — participaram dos preparativos da última encarnação de D. Afonso IV e Pedro.

Inês, pela mediunidade do Chico, descreve, a propósito, um dos encontros com Isabel, ocorridos no Plano Espiritual, com tal objetivo:

Amado rei e senhor meu.

Digne-se o Todo-Misericordioso abençoar-vos e engrandecer-vos cada vez mais.

Prometi que vos escreveria, amado senhor, conjugando as recordações possíveis que entrelassassem memórias dos dois planos, nos quais e entre os quais, se nos decorre a vida.

Creio que vos devo falar de um encontro expressivo e sublime — antes da sua

presente reencarnação — quando este século amanhecia.

Não desconheceis que a Rainha Isabel de Aragão, a santa soberana de quem fostes neto muito amado e mãe de D. Afonso IV de Portugal, ainda hoje protege o filho querido, encaminhando-lhe o coração para Jesus.

Nos primeiros seis janeiros do século nosso, aquela que soube ser humilde na grandeza do mundo veio de sua elevada moradia nos Plano Superiores aos parlatórios em que nós, grande grupo de espíritos a ela vinculados, nos encontrávamos, para traçar conosco, grupo em grupo, os planos da existência atual que vão sendo executados.

Do que houve entre ela e o filho D. Afonso IV, com alguns companheiros dele, nada posso saber.

Mas lembro-me de que nós ambos comparecemos para o diálogo com aquela angélica benfeitora, em companhia de um sábio que julgo (sem ter absoluta certeza) seja aquele que veneramos com intenso amor, como sendo o mentor, cujo nome foi escolhido por vosso amado pai, a fim de ser a legenda da equipe por ele formada para a Seara do Bem.

Esperamos os três, com absoluta reverência, a presença daquela que conquistara, a preço de sacrifício e trabalho, a sublimação espiritual.

Ela veio, assessorada por vários mensageiros de paz e luz, e nos abençoou amorosamente.

Depois dos votos de felicidade e elevação, no Senhor, lembro-me — mas recordo hoje a cena inesquecível com palavras minhas, mas tão fiéis ao que se passou quanto isso se me faz possível — que ela disse:

— Voltareis à Terra, num dos períodos mais agitados da História do Mundo. Este século está marcado para o embate de tremendas lutas espirituais.

Os tronos perdidos se transformarão em posições de comando e trabalho intensivo, e as auréolas da nobreza ser-vos-ão responsabilidades esfogueantes, muitas vezes, a vos vergarem as cabeças.

Permitirá o Senhor que vos façais servidores de outros reinos, o reino da verdade e do amor, cujos domínios estão vivos nos corações humanos, na conquista dos quais é preciso sofrer para compreender, e, muitas

vezes, perder para ganhar.

Porque a excelsa protetora vos beijasse maternalmente, algo perguntastes sobre o futuro que vos aguardava.

— Certamente que, nos últimos cinco séculos, tivestes outros compromissos na vida peninsular.

As responsabilidades de Portugal e da Espanha estiveram, várias vezes, em vossas mãos, no entanto, agora se trata de trabalho específico, em que estareis, no presente século, ligado a nós, no propósito de imunizar o mundo lusitano, tanto quanto possível, da criminalidade e da violência.

Servireis aos corações, de preferência preservando as almas de conflitos e crueldade que lhes seriam fatais.

Rogastes a missão de curar os corpos doentes, lembrando aqueles que, por nós, aceitaram as batalhas sanguinolentas, suportando, muitas vezes, ásperas provações e dores físicas por nossa causa, em conjunto com os vossos encargos na seara da luz.

Divulgareis a fé em Deus e na imortalidade da alma, ensinando e curando, aliviando e auxiliando.

Tudo isso, amado Pedro, vos será concedido.

Lembro-me de que me designastes com o olhar, como quem quisesse a certeza de que seguiríamos juntos, e dissestes:

— Se devemos estar unicamente associados às nossas experiências do século XIV, sem tocar em outros arquivos, dissei-me, veneranda benfeitora, o que será feito de Inês?

— Não podereis seguir juntos, quanto desejais, esclareceu ela.

Não conseguíeis desatar os laços humanos de carinho e suprema compreensão que vos jungem um ao outro e sairdes desse refúgio de afeto para trabalhar por nossos irmãos em Humanidade, esclareceu Isabel.



E, após outras considerações da veneranda Missionária, incitando-o a trabalhar

pelos irmãos em Humanidade, Pedro compreendeu que suas tarefas estavam muito aquém das elevadas responsabilidades que Inês assumira junto à rainha santa, ao longo dos séculos que se seguiram à triste sina que lhe reservara o destino.

Credenciava-se Inês de Castro a conquistar, no Plano Espiritual, ao lado de Isabel de Aragão, também a condição de rainha devotada à causa de Nosso Senhor Jesus Cristo.

Volta-nos à lembrança, a propósito, o tocante verso de Camões, referindo-se a Inês, nos *Lusíadas*:

A que depois de ser morta foi rainha.

Não a rainha por homenagem póstuma, aos tempos de D. Pedro I, mas a sofrida dama medieval que se elevou à condição de soberana nas árduas lutas em socorro aos deserdados da Terra, buscando transformar, qual Isabel de Aragão, as rosas em pães.

SOCORRO ESPIRITUAL A D.PEDRO E D.AFONSO

O estudo do amplo material que o Chico me entregou, conforme lembro nas 'Considerações Iniciais', trouxe-me a sensação de que as mensagens de Inês de Castro foram escritas, ao longo de 1977, à medida em que ela, na vida espiritual, captava a reação de Pedro a respeito das cartas que lhe enviava.

Sentindo-o confuso em princípio, contudo, progressivamente mais sereno com o passar do tempo, pôde Inês, da Vida Maior, descrever diálogos profundos entre ambos — arquivados há mais de seis séculos em sua memória — muitos deles com a participação de Isabel de Aragão.

Nos últimos tempos de sua presença mais próxima junto a Pedro, por meio da mediunidade do Chico, Inês continua a enviar cartas espirituais que retratam a mágica história do amor medieval — com desdobramentos

perante o futuro, que o espiritismo nos explica tão claramente.

E remete também a Pedro mensagens como a que segue e que retratam as preocupações de Inês e da rainha santa com a reencarnação de pai e filho em terras brasileiras, no século XX², quando ambos ainda se encontravam reencarnados. O pai faleceu no século passado, e o filho ainda continua entre nós.

Peço desculpas ao leitor, pois a mensagem que vai abaixo é truncada em seu final devido a extenso rol de identificações cujo sigilo deve ser preservado.

No sítio espiritual em que Isabel de Aragão recebeu Inês, ambas comentam o comportamento dos antigos reis medievais em sua nova existência:

A paisagem era assinalada por grande beleza, mas não sabia como chegara até ali.

Dois mentores benevolentes e sábios tomavam a posição de condutores da nossa jornada, mas, à medida que me aproximava do

2 - Remetemos o leitor ao capítulo 'E Dom Afonso IV?', no qual colocamos mensagem de Inês referente a reencarnações do rei.

sítio que devia visitar no Plano Maior, o coração se me oprimia no peito.

Informara-me, não a meu pedido, mas por determinação superior — a que não deveria fugir — que a Rainha Isabel de Aragão me esperava para um ligeiro entendimento.

Creio que ela terá diminuído em muito o teor da própria grandeza para receber-me.

A mansão era bela no exterior, conquanto de linhas singelas. Muitas flores, especialmente rosas multicores e cravos vermelhos, compunham em predominância os jardins extensos.

Companheiras muitas constituíam-lhe o séqüito, entretanto, ela não se fazia representar.

Ela mesma recebeu-nos na extensa varanda que os perfumes invadiam numa síntese de aromas a caracterizar-se por suavidade indefinível.

Fiz diante de tão augusta mulher espiritual a reverência que lhe devo, mas, ao chamá-la 'Santa Isabel', informou-me sorrindo:

— Isabel somente. Os homens criam titulações que eles mesmos destroem, quando o tempo lhes acentua a maturidade. Sou mulher

humana e luto ainda...

— Conhecemos, Inês, os caminhos que tens transitado e sabemos a extensão das dificuldades a transpor.

A sementeira do Reino de Deus é feita à custa de suor e de lágrimas, embora esse suor se converta em bálsamo curativo do espírito, e essas lágrimas se façam alegrias sublimes.

Não existem caminhos de Jesus sem calvários por subir... Os patrimônios de Cristo devem ser preservados pelos seguidores de Cristo. É preciso servir trabalhando e amando sempre...

Perguntei por D. Pedro, ao que respondeu:

— Pedro sofre a pressão de enormes problemas, no centro dos quais, muitas vezes, se considera uma ilha de dor. Recolhe-se numa forte couraça, na qual os seus sentimentos mais puros e mais belos se refugiam no isolamento, à maneira de tesouros ocultos em cidadela quase inacessível.

Entendo-lhe a luta, mas se posso algo pedir-te, não te desinteresses do trabalho de meu filho Afonso, detido em dificuldades e óbices por um lado, conquanto surja liberto e

vitorioso por outro.

Uma tarefa específica entre os homens, nos setores do bem, equivale a longa e difícil batalha... E os homens buscam ganhar as guerras, e nós, em nome do Cristo e Senhor, aspiramos ao ganho da paz...

No meu espírito pobre, as perguntas se enovelavam. Queria falar de considerações outras, ouvir advertências, receber instruções e recolher avisos... Minha mente turvou-se.

A grande Isabel compreendeu que eu caíra numa crise de pranto. Abraçou-me maternalmente e despediu-se, entregando-me aos mentores.

Inês, preocupada em socorrer o companheiro, que — como Isabel de Aragão observava na mensagem acima — estava enclausurado no isolamento e no egoísmo, atravessando fase mais difícil em sua existência atual, envia-lhe, as palavras que encerram este capítulo.

Nas palavras de Inês, que abaixo consignamos, evidenciam-se-lhe as preocupações em reafirmar ao infante medieval reencontrado o amor que os une, com os augúrios de uma vida enriquecida de bênçãos.

Assim escreveu Inês:

Amado rei e senhor meu, guarde o Todo Amoroso Pai a vossa saúde e a vossa alegria, a vossa tranqüilidade e bom ânimo, com todos aqueles que amamos.

Venho rogar à vossa benignidade me perdoe se tangi cordas profundas de vosso magnânimo coração.

Peço-vos, com toda a veneração com que vos amo, não sofraís por palavras minhas.

Compreendo a altura de vossa posição e as responsabilidades que carregamos em nome de Nosso Senhor Jesus Cristo e de sua Augusta Causa.

Não nos iludamos quanto a seis séculos que passaram. Um milênio na vida do Espírito é comparável à duração de um dia, e a Corte do nosso admirável D. Afonso IV, do ponto de vista espiritual, poucas diferenças demonstra.

Digo isso não para examinar consciências alheias, mas por mim própria que tão pouco modifiquei por dentro de mim.

Se algo houver de bom ou se algum traço do belo apareceu ou possa aparecer nesta alma, que é um reflexo de sua própria alma, isso é plantação de sua real bondade ou resultado de seu próprio trabalho.

Do plano espiritual, vejo tão-somente a sua querida imagem e ouço a sua voz, porque em sua formosa vida, sou a harpa do artista que a construiu e cujas peças somente ele conhece para executar as melodias nascidas do seu gênio criador.

Desse modo, eu o saúdo com amor e reverência, pedindo a Deus para que a sua vida esteja sempre e cada vez mais enriquecida de bênçãos, bênçãos que a sua magnanimidade distribui a favor de nós todos.

Serão para você todos os poemas que eu possa compor; todos os sonhos de ternura que a minha imaginação seja capaz de improvisar.

Amo e amarei a você, amado rei, com tudo e com todos os que você ame. E verei com imensa alegria quantos o conheçam em sua

grandeza e o amem com o carinho que lhe possam doar.

Nossos livros³ serão ilustrados com a beleza do arco-íris, porque a tinta do sol será usada por nós em sinal de respeito a Deus.

Aguardarei, com ânsia e serenidade, na paz da fé e na aflição do amor, o tempo em que Deus me restitua ao vosso carinho e à vossa proteção para sempre.

Em seu amado coração, receba o rio dos beijos de meu carinho e reconhecimento, com a alma toda sua sempre e cada vez mais sua.

Castro

3 – Provável referência a este livro e a futuros que talvez sejam escritos. Material espiritual para o desafio não falta.

O PENEDO DA SAUDADE

Reencontro de D. Pedro com Inês na Vida Espiritual

Durante toda a elaboração do livro, meditei bastante sobre a história de dor, saudade e renúncia que envolveu o luminoso espírito de Inês de Castro.

E para a conclusão dessa tarefa a mim delegada pelo querido Chico, busquei mergulhar de corpo e alma no drama medieval, até para compreender melhor as razões de tão insólito sofrimento.

Viajei, assim, desprendendo-me do envoltório físico, nas asas livres da imaginação, até Coimbra, aportando inicialmente no Penedo da Saudade, assim denominado, segundo a lenda, por D. Pedro, que, rezam também as tradições, ali se refugiava para chorar a morte de Inês.

Do Penedo busquei sentir de perto os mistérios da cidade.

Era noite no hemisfério boreal, e as claridades do céu português, recamado de estrelas, convidavam à meditação.

Extasiado, contemplei o grande triângulo de verão, formado por Vega, Altair e Deneb, estrelas alfa de Lira, Águia e Cisne.

Insinuava-se, também, no céu, com seu inconfundível traçado, Escorpião, constelação familiar aos brasileiros, ostentando, incrustada em seu coração, Antares, a vetusta estrela vermelha.

No horizonte norte, destacava-se a magnitude de Capela no contorno pentagonal de Auriga. E, ainda pelas bandas do norte, surgia imponente a Estrela Polar, que guiou os navegantes lusitanos aos tempos das conquistas marítimas.

Desviando o olhar do espaço sideral, contemplei as águas mansas do Mondego e o choupal baloiçado pelo vento.

E, à margem esquerda do rio, lado oposto ao núcleo histórico da cidade, com o casario se esparramando pela colina, divisei, enfim, envolvida em mistérios indecifráveis, a Quinta das Lágrimas — com a Fonte a jorrar água de matiz avermelhado — e o Paço de

Santa Clara, habitação real, em cujo pátio Inês pereceu.

Suponho ter chegado ao local onde a jovem fora decapitada pela lâmina afiada do infeliz Brás, humilde serviçal do reino, e penso ter visto, naqueles mágicos momentos, a piedosa freira do convento, discípula de João de Deus, recompondo o corpo da mulher, arrancada ao convívio dos filhos tão pequeninos.

E, envolvido pela beleza lúgubre do ambiente em que as crianças atônitas se agarravam à bondosa Ana, lembrei das palavras que o Chico mediunizado escreveu:

E somente quando viu D. Pedro render-se ao amor materno, em Marco de Canaveses, sob a proteção e inspiração da grande Isabel, é que Inês, consciente de sua própria desencarnação, caiu também vencida pela humildade de Isabel, concordando em retirar-se da presença de D. Pedro, para que ele seguisse em seus novos empreendimentos, acolhendo-se nos braços maternos da rainha santa, saindo da paisagem portuguesa, orando e soluçando...

Pedro faleceu em Estremoz.

Imediatamente após sua morte física, conforme relato espiritual, nos estertores da madrugada de 18 de janeiro de 1367, acamado, foi transportado por Benfeitores até o pátio do Paço de Santa Clara, em Coimbra, local que muito amava: lá vivera com Inês e as crianças.

Preciso relatar ao leitor algo inédito que aconteceu comigo ali no Paço de Santa Clara, durante a minha inesquecível viagem a Coimbra, que se iniciara no Penedo e que, no princípio deste capítulo, descrevo com detalhes.

Meus olhos contemplavam fixos, imantados, a Fonte das Lágrimas, poeticamente considerada o local do suplício de Inês.

As horas passavam sem que me apercebesse de que o tempo fluía e, perplexo, fui envolvido pelas primeiras claridades da manhã. Embora vacilantes, os raios de sol ousavam passar pela ramaria das árvores, clareando o pátio do antigo palácio real.

Uma força misteriosa que jamais sentira fixou-me o olhar no ponto onde, a 7 de janeiro de 1355, Inês fora decapitada. Seis séculos e meio antes!

Uma voz falou carinhosamente, como que sussurrando em meu ouvido: veja, veja...

Afirmo, caro leitor, que foi a mais impressionante cena que presenciei em toda a minha existência de mais de seis décadas. Tudo se passou como se eu tivera efetivamente sido transportado aos tempos medievais.

Acomodado naquele espaço do pátio, em um leito simples e muito alvo, dorme profundamente um homem de semblante cansado. Barbas brancas descuidadas, rosto lívido, lembra os enfermos que, exaustos, desistem de lutar pela vida, entregando-se a pouco e pouco aos braços da morte.

Transcorridos alguns minutos que me pareceram uma eternidade, o homem muito abatido abre os olhos, contempla vagamente o ambiente e enfim fixa o olhar à sua esquerda, qual identificando alguém a seu lado e, visivelmente emocionado, perplexo, grita:

— Inês, Inês, tu voltaste?

E fala com dificuldade algumas palavras:

— Quanto tempo eu te esperei. Tu morreste, como estás aqui ao meu lado?

Estás tão bela, teus cabelos voltaram a ser louros e longos, e teu colo irradia a mesma beleza de antes. Meu Deus, não foi assim que te vi, quando teu corpo foi recomposto para que pudesse levar-te a Alcobaça!

Não consegue continuar. Seus olhos parecem fitar um mundo que não mais existe, destruído que foi há vinte e dois anos...

Vendo que Pedro chora convulsivamente, com as lágrimas lhe escorrendo pelo rosto sofrido, Inês pondera:

— Calma, Pedro, eu estou aqui, eu voltei para não mais nos separarmos. Não chores mais.

— Como, retrucou Pedro? Voltaste para mim? E o machado que te decepou a vida? Foi tudo um sonho? Ajuda-me, Inês, estou confuso, minha cabeça gira, e não compreendo nada.

Levando-lhe carinhosamente uma chávena à boca, a esposa lhe diz:

— Pedro, estás muito cansado, toma um pouco desta água, por favor.

Pedro sorveu alguns goles com dificuldade e acalmando-se pôde ouvir as palavras da querida companheira:

— Teus sofrimentos cessaram, Pedro. Nosso Senhor Jesus Cristo permitiu-me vir buscar-te.

— Como assim, Inês, estou ficando louco? Tu não foste para o Céu, junto dos anjos e de minha avó?

— Não, alma querida de minha vida. Nós não morremos. Apenas deixamos o corpo cansado na Terra e partimos para outra vida. Não te surpreendas, pois tua santa avó sempre pensou assim. Acalma-te, por favor, pois preciso falar-te.

Esquece os conceitos tradicionais de Céu e Inferno, destes nossos tempos. A realidade é outra, Pedro. Depois, explico-te com mais calma.

— Não compreendo, Inês. O raciocínio foge-me, sinto-me atordoado...

— Ouve, pelo amor que me dedicas...

A presença de Inês e o efeito do bálsamo foram acalmando o rei, não obstante as lágrimas insistissem em cair-lhe dos olhos, penetrando-lhe a barba hirsuta. E Inês continuou:

— Acabas de deixar o mundo para viver comigo em outras paragens, onde as Leis

Divinas prevalecem sobre o ódio. Vem comigo, Pedro, esquece o corpo enfermo, gasto e torturado pelas lembranças de nossos tempos felizes.

Pedro não conseguia contestar as palavras de Inês, pois suave sonolência o envolvia. Mas conseguiu dizer:

Onde estão os nossos filhos, Inês? Preocupo-me muito com eles. Fernando e João seguiram seus caminhos. Mas o nosso João e o Dinis, ainda adolescentes, e Beatriz, tão criança... já ficaram sem tua presença e agora...

Inês interveio.

— Calma, meu rei e senhor, nós lhe demos muito amor e nada lhes faltará. Ao transformar-me em rainha depois de morta, deste-lhes as condições para que crescessem como nobres, amparados pela Corte. E muito mais do que tudo, tu os amaste profundamente.

— Mas tão pequenos, como podem viver sem mim, já que tu não pudeste educá-los e amá-los como sempre sonhamos?

Fiz, Inês, o que pude. Transformei-te em Rainha, como és a Rainha de meu coração. Cuidei deles como se tu estivesses presente, mas, agora, imobilizado como estou, sem poder

sequer movimentar-me no leito em que me encontro, como serão para os queridos filhos as noites longas, sem nossa presença?

— Estaremos sempre com eles, pois Deus está conosco. Agora descança, Pedro, precisas recuperar as energias tão desgastadas.

E o ambiente começou a asserenar-se. Pedro, quase que dormindo, divisou, envolta em singular luminosidade, a avó querida, que, flutuando no espaço, acercou-se dele e lhe impôs a mão sobre a cabeça, dizendo:

— Dorme, meu neto querido...

Ao lado da rainha santa, estavam Beatriz, mãe do atribulado monarca, rainha boa e sincera cujas virtudes a história não destacou. E um pouco mais afastado, Pedro ainda contemplou a figura imponente do pai, D. Afonso IV.

O bravo rei trazia, em seu olhar, um misto de ternura e melancolia. Emocionado, pôde dizer:

— Meu filho, meu filho...

Pedro, amparado por Inês e pela avó, foi recolhido ao Plano Espiritual.

A manhã já se afirmara no Paço Real, aquecida pelos raios de sol, deixando para trás a

fria madrugada de inverno. Os movimentos da vida se faziam lentamente presentes.

Pássaros se desgarravam das árvores, mergulhando no céu límpido, em graciosas arremetidas. Ouviam-se vozes de transeuntes, ainda poucos, e algumas vergônteas, raras em verdade, mas ousadas, já se arriscavam a desabrochar nos ramos secos do arvoredo, insistindo em prenunciar a ainda distante primavera...

São Bernardo do Campo,
junho a agosto de 2006

ALFABETO DE ESTRELAS

*Roguei à fonte que me desse
Algum desses poemas imortais,
Mas a fonte me disse que podia
Afastar-me da sede e nada mais.*

*Pedi à brisa me envolvesse o anseio
Nesse poema assim profundo,
E a brisa respondeu, alígera e singela,
Que Deus unicamente dera a ela
O poder de acalmar o calor do verão,
Quando o verão quisesse incendiar o mundo.*

*Então sob a fadiga da procura
Na longa caminhada
Dormi na própria estrada
E cheguei a sonhar
Que vinhas do mais Alto,
De longe, muito longe,
Da imensidão celeste.*

*E me trouxeste, oh! Soberano Amado,
O excelso poema inexplicado.
Nada disseste pelo verbo humano,
Mas me entregaste, amado soberano,
O poema divino em versos dos mais sábios,
Na esplendente nudez dos próprios lábios.*

*Então senti, precipitadamente,
Que o poema esperado
Estava todo escrito em vibrações sublimes,
Em altas vibrações,
E eu para entendê-las
Fazia inesperadamente em mim
Um alfabeto de estrelas.*

J. Leite

FOTOS HISTÓRICAS

Apresentamos nas páginas seguintes, na sequência do desenvolvimento da história relatada, algumas fotos que ilustram os locais em que os fatos reais aconteceram:



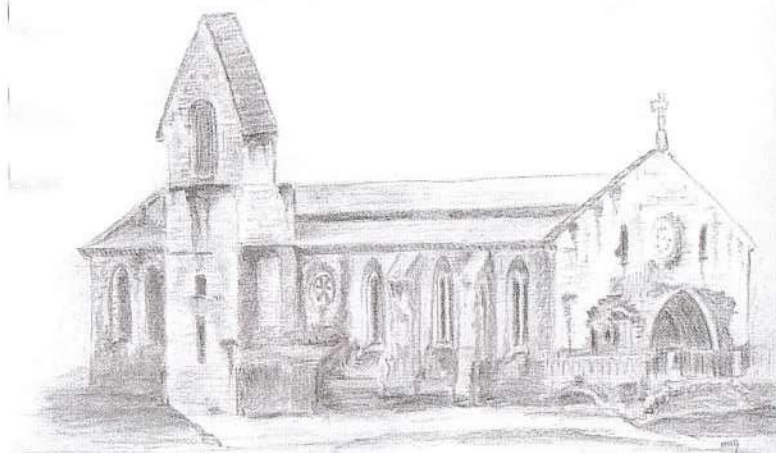
Paço de Santa Clara, palácio real onde Inês viveu e em cujo pátio foi decapitada. Sepultada pelas águas do Mondego, a edificação original não mais existe. Reconstruído no século XVIII, tem sido objeto de reformas ao longo do tempo.

(gentileza de Chico Xavier)



Vista parcial da Quinta das Lágrimas em Coimbra, onde se situam o Paço de Santa Clara e a Fonte das Lágrimas.

(gentileza de Chico Xavier)



Mosteiro de Santa Clara – a Velha, onde Inês foi inicialmente sepultada. Com atenção, observa-se que o mosteiro do século XIV está parcialmente soterrado. Desenho de Maria Cristina Ramacciotti Matarasso.
(gentileza da autora)



Estátua de Isabel de Aragão em Coimbra, enfeitada por rosas, as eternas companheiras da rainha santa.
(gentileza de Chico Xavier)

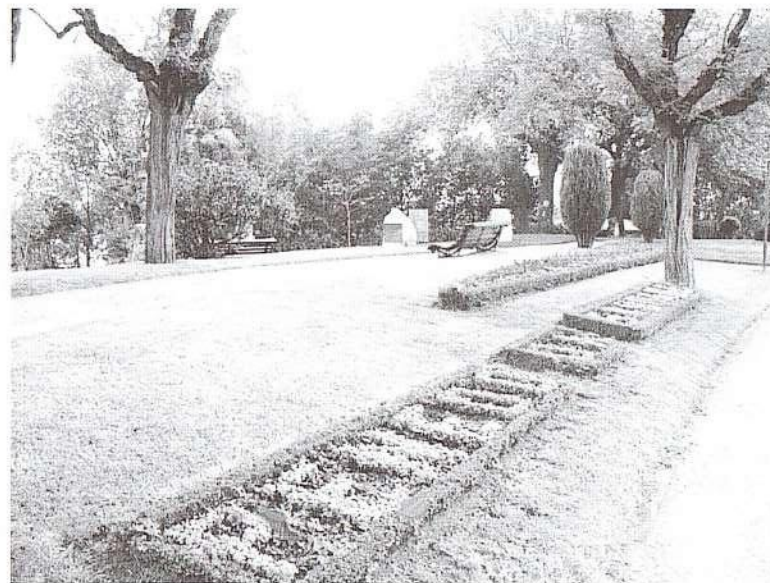


Fonte das Lágrimas na Quinta das Lágrimas, cujas águas avermelhadas são, segundo a lenda, lágrimas de Inês. Por vezes confundida com a Fonte dos Amores, que lhe é muito próxima, nela há uma placa com trecho do poema de Camões cujos últimos versos anotamos:

O nome lhe puseram, que inda dura,
 Dos amores de Inês, que ali passaram.
 Vede que fresca fonte rega as flores,
 Que lágrimas são a água e o nome amores.

Os Lusíadas

(gentileza de Chico Xavier)



Penedo da Saudade, imagem da parte superior. Na relva vemos em delicado relevo o nome inscrito.

(gentileza de Isabel Saraiva)



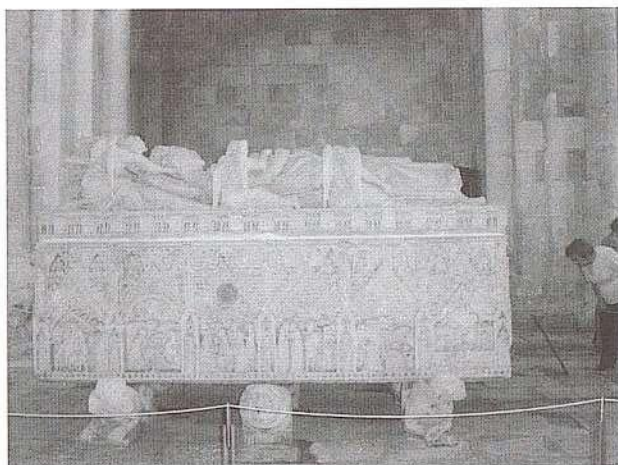
Penedo da Saudade, visão de outro ângulo, com as tradicionais mensagens afixadas em uma de suas encostas.

(gentileza de Isabel Saraiva)

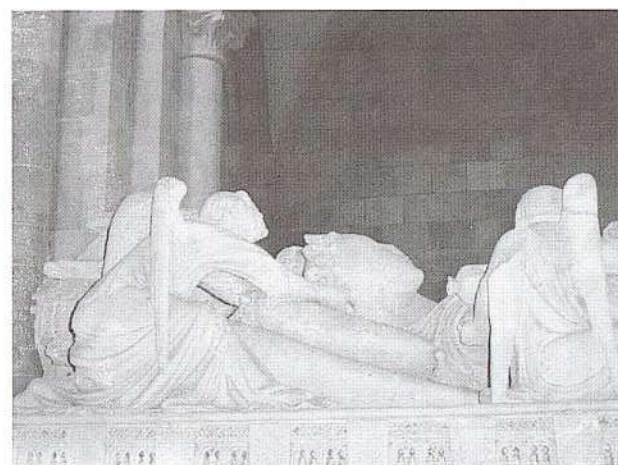


Foto recente do mosteiro de Santa Clara – a Velha, em que se observam as obras de recuperação, pois, grande parte da construção medieval do século XIV está subterrada, devido às águas do Mondego.

(gentileza de Isabel Saraiva)



Túmulo de Inês de Castro em Alcobaça
(gentileza de Isabel Saraiva)



Túmulo de Inês de Castro. Detalhe da coroa na estátua jacente.
Como sabemos, Inês foi coroada depois de morta por D. Pedro.
(gentileza de Isabel Saraiva)

BIBLIOGRAFIA



A foto acima retrata uma rosa de Coimbra e faz parte do acervo com que o Chico me presenteou. Coloco-a no encerramento do livro, em homenagem a Isabel de Aragão que transformou pães em rosas e a Francisco Cândido Xavier que transformou rosas em pães...

- XAVIER, F.C., JOVIANO W., LEMOS NETO, G. *Sementeira de Luz*. Belo Horizonte: Vinha de Luz, 2006.
- XAVIER, F.C. *Mandato de Amor*. 1. ed. Belo Horizonte: União Espírita Mineira, 1992.
- XAVIER, F.C. & EMMANUEL. *Cinqüenta Anos Depois*. 1. ed. especial. Rio de Janeiro: FEB, 2002.
- XAVIER, F.C. & EMMANUEL. *Renúncia*. 32. ed. Rio de Janeiro: FEB, 2004.
- XAVIER, F.C. & EMMANUEL. *Há Dois Mil Anos*. 11. ed. Rio de Janeiro: FEB, 1972.
- MONTEIRO, E.C. *Chico Xavier e Isabel, A Rainha Santa de Portugal*. São Paulo: Madras Editora Ltda, 2001.
- SILVEIRA, A. *Chico, de Francisco*. 1. ed. São Paulo: Céu, 1987.
- ABREU, C. *O Livro dos Espíritos e sua Tradição Histórica e Lendária*. 2. ed. São Paulo: Edições LDU, 1966.
- DOMINGUES, M. *Ignês de Castro na Vida de D. Pedro*. Lisboa: Edição Romano Torres, 1953.
- MACHADO DE SOUZA, ML. *Inês de Castro, um Tema Português na Europa*. Lisboa: Edições 70, s.d.
- FRANCO, A.C. *Memórias de Inês de Castro*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1990.
- RODRIGUES, J. *História de Portugal*. 2. ed. Porto: Editorial Domingos Barrera, 1951.

- *Encyclopedia e Diccionario Internacional*.
Rio de Janeiro: W.M. Jackson, Inc, editores, s.d.
- DINIZ, F. *História de Portugal*. Lisboa: Escriptorio da Empresa, s.d.
- SILVEIRA BUENO. *Pelos Caminhos do Mundo*. 2. ed. São Paulo: Edição Saraiva, 1956.
- LOPES, F. *Crónica de D. Pedro I*. 2. ed. Lisboa: Livraria Civilização Editora, 1979.
- OLIVEIRA MARTINS, JP. *História de Portugal*. 12. ed. Lisboa: Parceria António Maria Pereira Livraria Editora, 1942.
- MONTALVÃO MACHADO, JT. *Amores de D. Pedro e D. Inês*. Lisboa: Livraria Portugal, 1966.
- DRUON, M. *O Rei de Ferro*. São Paulo: Círculo do Livro S.A, s. d.
- COSTA PIMPÃO, AJ. *Idade Média*. 2. ed. Coimbra: Atlântida, 1959.
- DANTAS, J. *Pátria Portuguesa*. 7. ed. Lisboa: Livraria Bertrand, s.d.
- MAC NALL BURNS, E. *História da Civilização Ocidental*. 3. ed. Porto Alegre: Globo, 1972.
- MATTOSO, J. (Coordenação) *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.
- RIBEIRO, A. *Príncipes de Portugal*. Lisboa: Livros do Brasil S.A, 1952.
- AMADO, JC. *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo, 1966.
- SANTOS, MLM. *Inês de Castro, Um tema Português na Europa*. Lisboa: edições 70, s.d.
- DANTAS, J. *A Ceia dos Cardeais*. 51. ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1902.